

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Estado do Paraná

LEI № 11.836.

Autoria: Poder Executivo.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1.º** São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2.º do art. 165 da Constituição Federal, na Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município de Maringá para 2025, compreendendo:
 - I as disposições preliminares;
 - II as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
 - III a estrutura e a organização dos orçamentos;
- IV as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
 - V as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
 - VI as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;
 - VII as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I Programas e Metas;
- II Metas Fiscais;
- III Riscos Fiscais;
- IV Projetos em Andamento;
- V Evolução da Receita;
- VI Obras em Andamento.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- Art. 2.º Constituem prioridades do Governo Municipal:
- I implementar políticas públicas de responsabilidade social;
- II promover a adequação, modernização e eficiência dos serviços públicos;
- III promover o aprimoramento, modernização e valorização do quadro de servidores;
 - IV promover a adequação da infraestrutura urbana e do sistema viário;
- $\mbox{\sc V}$ promover o desenvolvimento econômico sustentável e a recuperação da qualidade ambiental do Município.
- **Art. 3.º** As prioridades e metas para o exercício de 2025 estão especificadas no Anexo I Programas e Metas, sendo estabelecidas por programas, objetivos, funções, subfunções, ações e metas, as quais integrarão a Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os Programas e Metas contidos no Anexo I, citados no *caput* deste artigo, não se constituem em limites à programação das despesas.

Art. 4.º As Metas Fiscais são especificadas no Anexo II, elaborado de acordo com o §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 4.º da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, e a Portaria STN/MF n. 699, de 07 de julho de 2023, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO III **DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

- **Art. 5.º** A Lei Orçamentária Anual para 2025 compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.
- **Art. 6.º** Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos,

autarquias, fundações e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Municipal, bem como das empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

- **Art. 7.º** Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2025, entende-se por:
- I programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual:
- II função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público, por exemplo, saúde, educação, cultura;
- III subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV atividade: um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo;
- V projeto: um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de Governo;
- VI operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- VII órgão orçamentário: o maior nível da classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;
 - VIII unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional;
- IX fonte de recursos: mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.
- **§ 1.º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- **§ 2.º** Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria SOF/SETO/ME n. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, atualizada pela Portaria SOF/ME n. 2.520, de 21 de marco de 2022, do Ministério da Economia.
- § 3.º Cada ação identificada por atividades, projetos e operações especiais pode participar de apenas um programa, porém poderá ser orçada em mais de uma unidade orçamentária.
- Art. 8.º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas, no mínimo, por

elementos de despesas e dotações respectivas, especificando as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

- *§ 1.º* Os conceitos de categoria econômica e grupo de natureza são estabelecidos na Portaria Interministerial STN/SOF n. 163, de 04 de maio de 2001, na Portaria Conjunta STN/SOF n. 23, de 11 de dezembro de 2023, na Portaria Interministerial STN/SPRC n. 22, de 11 de dezembro de 2023, e na Portaria STN n. 1.568, de 11 de dezembro de 2023.
 - § 2.º Nos grupos de natureza da despesa, será observado o seguinte detalhamento:
 - I Pessoal e Encargos Sociais 1;
 - II Juros e Encargos da Dívida 2;
 - III Outras Despesas Correntes 3;
 - IV Investimentos 4;
- V Inversões Financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas 5;
 - VI Amortização da Dívida 6.
- § 3.º A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.
- § 4.º A Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.
- § 5.º Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:
 - I Transferências à União 20;
 - II Transferências a Estados e ao Distrito Federal 30;
 - III Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 50;
 - IV Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos 60;
 - V Execução de Contrato de Parceria Público-Privada PPP 67;
 - VI Transferências a Instituições Multigovernamentais 70;
 - VII Transferências a Consórcios Públicos 71;
 - VIII Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 72;
 - IX Aplicações Diretas 90;
- X Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 91;

- § 6.º A classificação da estrutura programática, para 2025, poderá sofrer alterações para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional STN, do Ministério da Economia, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR.
- **Art. 9.º** A Lei Orçamentária Anual para 2025 conterá a destinação de recursos classificados pelo Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, que deverão ser vinculadas às fontes padrão definidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR.
- § 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, compostos por: Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2025 e em seus créditos adicionais.
- § 2.º O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual para 2025 outras fontes de recursos, para atender às suas peculiaridades, além das determinadas pelo *caput* deste artigo.
- **Art. 10.** A Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal será constituída, exclusivamente, com recursos do seu orçamento, com valor equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2025, para atender às determinações da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, e da Portaria Interministerial STN/SOF n. 163, de 04 de maio de 2001.
- **Art. 11.** A Lei Orçamentária Anual para 2025 discriminará, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:
 - I à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
 - II ao pagamento de precatórios judiciários;
- III ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor;
 - IV ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.
- **Art. 12.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2024, cumprindo o prazo previsto no art. 4.º, inciso III, do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal e conforme estabelecido no art. 108 da Lei Orgânica Municipal e no art. 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei n. 4.320/64 será composto de:
 - I texto da lei;
 - II quadros orçamentários consolidados;
- III anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma da legislação vigente;
- IV anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II do § 5.º do art. 165 da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;
 - V discriminação da legislação da receita e da despesa referentes aos Orçamentos

Fiscal e da Seguridade Social;

- VI demonstrativo consolidado da receita e despesa destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente, conforme o § 3.º do art. 14 da Instrução Normativa n. 36, de 27 de agosto de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE/PR;
- VII demonstrativo consolidado da receita e despesa destinadas ao atendimento à pessoa idosa, conforme o art. 1.º da Lei Complementar Municipal n. 1.351, de 12 de dezembro de 2022.
- § 1.º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os quadros a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:
- I resumo das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica;
- II resumo das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica;
- III receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV evolução da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;
- V receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964;
- VI despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo o poder e o órgão e os grupos de natureza de despesa;
- VII evolução da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;
- VIII despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo a função, a subfunção, o programa e os grupos de natureza de despesa;
- IX da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal;
- X da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e
 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XI da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades, com a respectiva legislação;
- XII da aplicação dos recursos para o financiamento das despesas do Poder Legislativo Municipal, conforme a Emenda Constitucional n. 58, de 23 de setembro de 2009, e o art. 20 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000;
- XIII da receita corrente líquida, com base no art. 1.º, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar Federal n. 101/2000, e da despesa com pessoal;

- XIV da aplicação dos recursos reservados à saúde, conforme a Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000;
- XV resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, segundo o órgão, a função, a subfunção e o programa.
- § 2.º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os Projetos de Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais por meio eletrônico, com sua despesa discriminada por elemento de despesa e com a identificação da destinação dos recursos.
- **Art. 13.** A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas, reguladas pela Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e alterações, e pela Lei Municipal n. 9.653, de 16 de dezembro de 2013.
- **Art. 14.** A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal, de acordo com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e entregue à Secretaria Municipal de Fazenda até o dia 31 de agosto do corrente ano, observados os parâmetros e as diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.
- **Art. 15.** Não se aplicam às empresas de sociedade de economia mista não dependente, integrantes do Orçamento de Investimento, as normas gerais da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

- **Art. 16.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2025 permitirão o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, assegurando, assim, o controle social e a transparência da gestão fiscal.
- § 1.º O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento.
- **§ 2.º** O princípio da transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.
- § 3.º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o § 2.º deste artigo, o Poder Executivo deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações descritos no art. 48 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.
- **§ 4.º** Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:
 - I pelo Poder Executivo:

- a) à estimativa das receitas de que trata o § 3.º do art. 12 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000;
 - b) à proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;
 - c) à Lei Orçamentária Anual e seus anexos.
- II pelo Poder Legislativo a projetos de Lei, emendas, parecer preliminar e ao parecer sobre as emendas apresentadas.
- § 5.º Serão realizadas assembleias de planejamento e gestão territorial, conforme estabelecido no art. 422, da Lei Complementar Municipal n. 1.424, de 16 de janeiro de 2024, em meio que permita a participação da população.
- Art. 17. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e a aprovação e execução da respectiva lei deverão levar em conta o alcance das disposições do Anexo de Metas Fiscais, constantes do Anexo II desta Lei.
- **Art. 18.** A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para 2025, e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e da avaliação dos resultados dos Programas de Governo.
- **Art. 19.** A Receita do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada na Despesa Municipal de acordo com as seguintes prioridades:
 - I pessoal e encargos sociais;
 - II vale alimentação e plano de assistência a saúde dos servidores;
 - III aportes e transferências ao Regime Próprio de Previdência Social RPPS;
 - IV manutenção dos serviços essenciais à população;
 - V precatórios;
 - VI amortizações e encargos da dívida;
 - VII cumprimento dos princípios constitucionais com a saúde e com a educação;
 - VIII cumprimento do princípio constitucional com o Poder Legislativo;
- IX aporte de contrapartida para os convênios firmados com o Estado e com a União:
 - X investimentos em andamento;
 - XI novos investimentos.
- **Art. 20.** A Diretoria Tributária do Município elaborará relatório contendo as previsões de arrecadação das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU para o exercício de 2025.
- Art. 21. Na programação da despesa não poderá ser fixada despesa sem que esteja definida a respectiva fonte de recurso e legalmente instituída a unidade executora.

- **Art. 22.** É obrigatória a inclusão, na Proposta da Lei Orçamentária Anual para 2025, dos débitos decorrentes de precatórios judiciários, apresentados até o dia 02 de abril de 2024, data em que terão atualizados seus valores, conforme § 5.º do art. 100 da Constituição Federal de 1988.
- **Art. 23.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do disposto no art. 16 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, do Decreto Municipal n. 1.584, de 1.º de dezembro de 2016, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada, observado o disposto na legislação, e desde que tais entidades:
- I sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município e de forma gratuita;
- II sejam associações, cooperativas, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e/ou organizações sociais;
 - III achem-se em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente transferidor.
- **§ 1.º** Os repasses de recursos serão efetivados através de convênio, termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação, cumprindo os requisitos do art. 26 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.
- § 2.º Para habilitar-se ao recebimento das "subvenções sociais", a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2024, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.
- § 3.º As entidades beneficiadas nos termos deste artigo encaminharão ao órgão repassador a prestação de contas dos recursos recebidos do Poder Executivo, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Fazenda, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente.
- § 4.º A prestação de contas a que se refere o parágrafo anterior será disponibilizada à população, através do órgão repassador do recurso.
- § 5.º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar-se o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- **Art. 24.** O Município poderá transferir recursos financeiros, na forma de contribuições e auxílios, para entidades privadas com ou sem fins lucrativos, através de convênio, conforme art. 26 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, e demais normativas vigentes.
- **Art. 25.** O Poder Executivo fica autorizado a aportar recursos financeiros para fazer frente à operação de custeio do transporte coletivo, para atender a diferença entre a tarifa técnica e a tarifa social, por meio de ajustes nas dotações orçamentárias com recursos do tesouro.
- **Art. 26.** O Poder Executivo fica autorizado a repassar recursos a título de garantia, honra de avais, seguros e similares, autorizados por lei específica, incluídos na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, autorizado por lei específica, mediante

termos de colaboração e outros.

- **Art. 27.** O Poder Executivo fica autorizado a delegar, por meio de Parceria Público-Privada, a prestação dos serviços de iluminação pública no Município, de acordo com a Lei Municipal n. 1.338, de 26 de agosto de 2022, na modalidade concessão administrativa e conforme determinar a legislação vigente.
- **Art. 28.** O Poder Executivo fica autorizado a firmar parceria para concessão de uso de bem público para operacionalização do Complexo do Hospital da Criança Irmã Calista de Maringá.
- **Art. 29.** A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.
- **Art. 30.** É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, conforme art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **Art. 31.** Observadas as prioridades a que se refere o art. 2.º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, se:
 - I estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- II os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito;
 - III houver a comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira.
- **Art. 32.** Em caso de limitação de empenhos e movimentação financeira de que trata o *caput* e o § 3.º do art. 9.º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será observada a seguinte ordem de preferência de despesas para a limitação:
 - I redução de despesas com festividades;
 - II redução de despesas com premiações;
 - III redução de horas extras;
 - IV limitação de diárias, viagens e cursos;
 - V redução de despesas com equipamentos e material permanente;
- VI redução da compra de materiais de consumo e contratação de serviços de terceiros:
 - VII redução de despesas com ajuda de custos e auxílios;
 - VIII suspensão de novos investimentos e obras não essenciais:

- IX limitação das despesas com contratação de pessoal e criação de cargos, emprego ou função.
- § 1.º Excluem-se deste artigo as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.
- § 2.º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata este artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:
 - I com pessoal e encargos sociais;
 - II com vale-alimentação e plano de assistência à saúde dos servidores;
 - III com manutenção dos serviços essenciais à população;
- IV com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.
- **Art. 33.** Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9.º da Lei Complementar n. 101/2000, o Poder Executivo Municipal apurará o montante necessário e informará ao Poder Legislativo, até o vigésimo quinto dia após o encerramento do bimestre.
- § 1.º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelos órgãos referidos no *caput* será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, excluídas as atividades do Poder Legislativo constante da LOA de 2024, e as despesas ressalvadas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos moldes do art. 9.º, § 2.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **§ 2.º** Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na informação a que se refere o *caput*, editarão ato próprio que conste os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.
- § 3.º Em atendimento ao disposto no *caput*, o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal, no prazo nele previsto, relatório que será apreciado pela Comissão de Finanças e Orçamento.
- **§ 4.º** O Poder Executivo Municipal poderá elaborar, em caráter excepcional, relatório extemporâneo, observado, no que couber, o disposto no § 3.º deste artigo, e, caso identifique necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, a limitação será aplicável somente ao Poder Executivo, que deverá editar o ato respectivo no prazo de sete dias úteis, contado da data do encaminhamento do relatório à Câmara Municipal.
- § 5.º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo os relatórios de que tratam os §§ 3.º e § 4.º serem encaminhados à Câmara Municipal.
- **Art. 34.** Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que resultem na execução de despesas, sem o cumprimento dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

- § 1.º Cabe ao ordenador de despesa da secretaria em que ocorrerá o aumento da despesa realizar o impacto orçamentário-financeiro.
- § 2.º Quando o aumento de despesa incorrer em gastos com pessoal, os processos deverão ser encaminhados previamente à Secretaria de Gestão de Pessoas, para realização de cálculo de percentual do índice de gasto com pessoal.
- § 3.º A Contabilidade registrará os atos e os fatos relativos à gestão orçamentáriofinanceira, que tenham efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e das providências derivadas do *caput* deste artigo.
- **Art. 35.** No que se refere ao disposto no art. 16, § 3.º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, ou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, conforme limites previstos no art. 75, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021.
- **Art. 36.** As propostas de criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida como aquela que constitui ou venha a constituir em obrigação constitucional, além de atender ao dispositivo no art. 17 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, deverão ser encaminhadas previamente à Secretaria Municipal de Governo e à Secretaria Municipal de Fazenda.
- **Art. 37.** A abertura de créditos adicionais dependerá da existência de recursos disponíveis e será apresentada na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.
- **Parágrafo único.** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivo circunstanciadas que justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.
- **Art. 38.** A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, destinados exclusivamente às despesas previdenciárias vinculadas ao respectivo fundo de origem da Reserva.
- **Art. 39.** A Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais e emendas à Lei Orçamentária Anual para 2025.
- **§ 1.º** Caso os valores destinados para outros Riscos Fiscais, conforme o demonstrativo de Riscos Fiscais e providências não ocorram, o Poder Executivo poderá utilizálos como recurso para abertura de créditos adicionais.
- § 2.º O limite mínimo determinado no art. 10 deverá ser obedecido quando forem utilizados os recursos da Reserva de Contingência em emendas à Lei Orçamentária Anual para 2025.
- § 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a indicar como recurso a Reserva de Contingência, servindo de aporte local, quando da formulação de convênios a serem assinados com outras esferas de governo, conforme Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n. 424, de 30 de dezembro de 2016, e suas alterações.

- **§ 4.º** O recurso da Reserva de Contingência indicado na formulação de convênios deverá ser substituído, quando forem elaborados os créditos adicionais.
- **Art. 40.** O Poder Executivo, mediante decreto, fica autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para 2025 e em créditos adicionais, e ainda em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências e atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, podendo haver ajuste na classificação funcional.
 - § 1.º Compreendem as movimentações orçamentárias:
- I transposição: realocação de recursos que ocorre entre mais de um programa de trabalho, dentro de um mesmo órgão orçamentário;
- II remanejamento: realocação de recursos de um órgão orçamentário para outro, bem como em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, como alterações de competências e atribuições;
- III transferência de recursos: realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão orçamentário e de um mesmo programa de trabalho ao nível de categoria econômica de despesa.
- **§ 2.º** A transposição, o remanejamento ou a transferência mencionada no *caput* não poderá resultar em alteração dos valores globais aprovados na LOA ou em créditos adicionais.
- § 3.º O remanejamento de recursos entre despesas de mesmo grupo alocadas em atividades, projetos e operações especiais de um mesmo programa não serão computados nos limites para alteração orçamentária para os créditos adicionais, estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- **Art. 41.** A Lei Orçamentária Anual para 2025 somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.
- **Art. 42.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos do art. 8.º da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.
- § 1.º A Câmara Municipal deverá enviar em até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
- § 2.º O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025.
- **Art. 43.** No prazo previsto no § 2.º do artigo anterior, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas mensais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para

cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, fixados em ato próprio os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão.

- **Art. 44.** As alterações, inclusões ou exclusões de programas e ações constantes do Plano Plurianual PPA decorrentes de reavaliação da realidade econômica e social do Município, deverão estar compatíveis na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e na Lei Orçamentária Anual LOA.
- **Art. 45.** Cabe à Secretaria Municipal de Fazenda a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Fazenda determinará sobre:

- I o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias, fundações, fundos e sociedades de economia mista;
- III as instruções para o devido preenchimento das propostas dos orçamentos de que trata esta Lei;
- IV a definição das cotas e valores máximos de fontes livres para as propostas do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias, fundações, fundos e sociedades de economia mista.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

- **Art. 46.** No exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, ao disposto no art. 29-A da Constituição Federal e a legislação municipal em vigor.
- **Art. 47.** A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos, a adaptação e implementação nos planos de carreira e seus respectivos movimentos sistema de mapeamento de competências, crescimento horizontal, crescimento vertical, transição, mudança de área de atuação e atividade, os programas de qualidade, produtividade e remuneração variável, mobilidade nos limites legais vigentes e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos, autarquias, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no inciso II, do art. 37 da Constituição Federal de 1988, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2025, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n. 25/2000, na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, e na legislação municipal vigente.
- **Art. 48.** O Poder Executivo terá como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2025, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2024, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas elaborará relatórios e estudos referentes à projeção da folha de pagamento para o exercício de 2025, compreendendo previsões relacionadas ao crescimento vegetativo da folha de pagamento, novas contratações, alteração na estrutura de cargos e funções e percentuais de reajustes conforme a legislação vigente.

- **Art. 49.** Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora-extraordinária fica restrita a situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, sem prejuízo das demais vedações impostas a poder ou órgão que houver incorrido no excesso.
- **Art. 50.** A proposta orçamentária para 2025 assegurará recursos para qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de trabalho específico.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

- **Art. 51.** Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.
- **Art. 52.** Os impactos decorrentes de modificações na legislação tributária ocorridas até 31 de agosto de 2024 serão considerados nas previsões de receitas da Lei Orçamentária Anual para 2025.
- **Art. 53.** O desconto para pagamento integral e à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU, das Taxas agregadas ao IPTU, do Imposto sobre Serviços dos Autônomos e Sociedades de Profissionais ISS Fixo e das Taxas Mobiliárias, no exercício de 2025, por ato do Poder Executivo, não poderá ser superior a 10% (dez por cento).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 54.** Os valores das Metas Fiscais, conforme Anexo II, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do Projeto da Lei Orçamentária para 2025.
- **Art. 55.** O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa QDD, especificando por projetos, atividades e operações especiais os elementos de despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
- **Art. 56.** Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze) avos do total de cada dotação, na forma da Proposta do Orçamento remetida à Câmara Municipal, conforme determina o art. 108, § 4.º da Lei Orgânica Municipal, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às despesas na área de educação, saúde e assistência social, bem como às despesas da dívida pública municipal, podendo os gastos ser realizados em sua totalidade.

- **Art. 57.** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos, sempre que houver necessidade, com prévia autorização do Legislativo.
- **Art. 58.** Os recursos decorrentes de emendas, que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8.º do art. 166 da Constituição Federal de 1988.
- **Art. 59.** A aprovação das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 não dispensa a exigência de apresentação de emenda correspondente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, visando à compatibilização entre as peças orçamentárias.
- **Art. 60.** As Metas Físicas referentes às emendas que alterem o Anexo I Das Metas e Prioridades da Administração Municipal, a serem aprovadas na Lei Orçamentária Anual, deverão ser incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias com o objetivo de compatibilizar as peças orçamentárias.
- **Art. 61.** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação no tocante às partes cuja alteração é proposta.
- **Art. 62.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2.º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.
- **Art. 63.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 12 de setembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Orlando Chiqueto Rodrigues**, **Chefe de Gabinete**, em 12/09/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses de Jesus Maia Kotsifas**, **Prefeito Municipal**, em 13/09/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php? acesso_externo=0, informando o código verificador **4577987** e o código CRC **2498E353**.

Referência: Processo nº 01.02.00120015/2024.43 SEI nº 4577987

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I - PROGRAMAS E METAS **RELAÇÃO DOS PROGRAMAS** 2025

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO	PROGRAMAS	VALOR EM R\$		
0000	А	Encargos Especiais	164.977.630,00		
0001	А	Processo Legislativo	45.497.142,00		
0002	А	A Apoio Administrativo			
0003	F	Espaço do Cidadão	19.077.913,00		
0004	F	Cultura Presente	26.680.028,00		
0005	А	Valorização e Qualificação do Servidor Público	41.585.991,00		
0006	F	Desenvolvimento Econômico	67.925.182,00		
0007	А	Previdência Social	252.144.630,00		
8000	F	Sistema Aeroportuário	44.374.217,00		
0009	F	Habitação	12.888.000,00		
0010	F	Serviços Urbanos	211.933.390,00		
0011	F	Maringá Verde	23.921.390,00		
0012	F	Maringá Saudável	685.472.820,00		
0013	F	Esporte e Lazer	49.509.191,00		
0014	F	Infraestrutura Urbana	101.919.911,00		
0015	F	Trânsito e Transporte	97.987.631,00		
0016	F	Educação Infantil	276.921.514,00		
0017	F	Educação Fundamental	247.436.025,00		
0018	F	Proteção Social Básica	21.970.146,00		
0019	F	Proteção Social Especial	30.017.572,00		
0020	F	Mulher e Políticas Públicas	4.700.659,00		
0021	F	Maringá mais Segura	33.857.601,00		
0022	F	Maringá Cidadã	24.001.074,00		
0023	F	Trabalho e Renda	8.642.823,00		
0024	F	Criança e Adolescente	7.072.675,00		
9999	А	Reserva de Contingência	216.799.375,00		
		TOTAL DOS PROGRAMAS	2.958.321.458,00		
(-)	DESPESA EXTRA (DRÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA SISTEMA AEROPORTUÁRIO	18.623.217,00		
	то	TAL DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS	2.939.698.241,00		
		TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.939.698.241,00		

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Engloba despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, portanto, uma agregação neutra.

SUBFUNÇÃO: 0000.01 OE 0000.02 OE 0000.03 OE 0000.04 OE SUBFUNÇÃO: OE	AÇÃO PROPOSTA Encargos Especiais 843 - Serviço da Dívida Interna Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública interna de operações de crédito Pagamento da dívida do PASEP Pagamento da dívida com o INSS Pagamento da dívida com o Fundo Previdenciário - RPPS 844 - Serviço da Dívida Externa Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Pagamento efetuado Pagamento efetuado	Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade	Global Global Global Global Global Global Global	64.592.639,00 2.392.361,00 487.891,00 261.607,00 5.032.170,00 3.000,00
SUBFUNÇÃO: 0000.01 OE 0000.02 OE 0000.03 OE 0000.04 OE SUBFUNÇÃO: OE 0000.05 OE SUBFUNÇÃO: OE 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.08 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	843 - Serviço da Dívida Interna Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública interna de operações de crédito Pagamento da dívida do PASEP Pagamento da dívida com o INSS Pagamento da dívida com o Fundo Previdenciário - RPPS 844 - Serviço da Dívida Externa Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado	Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade	Global Global Global Global	2.392.361,00 487.891,00 261.607,00 5.032.170,00
0000.02 OE 0000.03 OE 0000.04 OE SUBFUNÇÃO: 0000.05 OE SUBFUNÇÃO: 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE	incidentes sobre a dívida pública interna de operações de crédito Pagamento da dívida do PASEP Pagamento da dívida com o INSS Pagamento da dívida com o Fundo Previdenciário - RPPS 844 - Serviço da Dívida Externa Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado	Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade	Global Global Global Global	2.392.361,00 487.891,00 261.607,00 5.032.170,00
0000.03 OE 0000.04 OE SUBFUNÇÃO: 0000.05 OE SUBFUNÇÃO: 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE	Pagamento da dívida com o INSS Pagamento da dívida com o Fundo Previdenciário - RPPS 844 - Serviço da Dívida Externa Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado	Unidade Unidade Unidade Unidade	Global Global Global	487.891,00 261.607,00 5.032.170,00 56.000,00
0000.04 OE SUBFUNÇÃO: 0000.05 OE SUBFUNÇÃO: 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	Pagamento da dívida com o Fundo Previdenciário - RPPS 844 - Serviço da Dívida Externa Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	Pagamento efetuado	Unidade Unidade Unidade	Global Global	261.607,00 5.032.170,00 56.000,00
SUBFUNÇÃO: 0000.05 OE SUBFUNÇÃO: 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.08 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	RPPS 844 - Serviço da Dívida Externa Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento	Unidade Unidade	Global	5.032.170,00
0000.05 OE SUBFUNÇÃO: 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	Pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento	Unidade	Global	56.000,00
SUBFUNÇÃO: 0000.06 OE 0000.07 OE 0000.08 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	incidentes sobre a dívida pública externa de operações de crédito 846 - Outros Encargos Especiais Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento efetuado Pagamento	Unidade	Global	56.000,00
0000.06 OE 0000.07 OE 0000.08 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE	Pagamento de despesas de exercícios anteriores - PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	efetuado Pagamento efetuado Pagamento		-	<u> </u>
0000.07 OE 0000.08 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	PMM Pagamento de despesas de exercícios anteriores - CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	efetuado Pagamento efetuado Pagamento		-	<u> </u>
0000.08 OE 0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	CÂMARA Pagamento de despesas de exercícios anteriores -	efetuado Pagamento	Unidade	Global	2 000 00
0000.09 OE 0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE					3.000,00
0000.10 OE 0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE		elettado	Unidade	Global	9.000,00
0000.11 OE 0000.12 OE 0000.13 OE	Pagamento de indenizações e restituições - PMM	Devolução efetuada	Unidade	Global	2.029.635,00
0000.12 OE 0000.13 OE	Pagamento de indenizações e restituições - CÂMARA	Devolução efetuada	Unidade	Global	1.000,00
0000.13 OE	Pagamento de indenizações e restituições - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Devolução efetuada	Unidade	Global	15.000,00
	Pagamento de sentenças judiciais - PMM	Processo pago	Unidade	Global	8.885.475,00
0000.14 OE	Pagamento de sentenças judiciais - CÂMARA	Processo pago	Unidade	Global	3.000,00
	Pagamento de sentenças judiciais - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Processo pago	Unidade	Global	6.000,00
0000.15 OE	Pagamento de precatórios - PMM	Processo pago	Unidade	Global	42.765.669,00
0000.16 OE	Pagamento de precatórios - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Processo pago	Unidade	Global	150.000,00
0000.17 OE	Recolhimento ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Municipal - PASEP - PMM	Servidor beneficiado	Unidade	Global	24.555.258,00
0000.18 OE	Recolhimento ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Municipal - PASEP - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Servidor beneficiado	Unidade	Global	2.732.400,00
0000.19 OE	Encargos com pagamento de pensionistas	Pagamento efetuado	Unidade	Global	312.372,00
0000.20 OE	Pagamento da trimestralidade	Processo pago	Unidade	Global	10.687.153,00
					164.977.630,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Manter e promover o desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal de Maringá.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS						
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	FUNÇÃO: 01 - Legislativa					
SUBFUN	SUBFUNÇÃO: 031 - Ação Legislativa					
0001.01	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal de Maringá	Câmara mantida	Unidade	1	43.997.142,00
0001.02	Р	Ampliação e/ou reforma do prédio da Câmara Municipal de Maringá	Prédio ampliado e/ou reformado	Unidade	1	1.500.000,00
TOTAL DO PROGRAMA						45.497.142,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0002 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Manter e promover o desenvolvimento das atividades administrativas de diversos órgãos da administração municipal, visando o suporte aos programas finalísticos.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO						
SUBFUN	ÇAO:	062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciár				
0002.01	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Procuradoria Geral do Município	Órgão mantido	Unidade	1	20.637.924,00
FUNÇÃO): 04 - <i>i</i>	Administração				
SUBFUN	ÇÃO:	121 - Planejamento e Orçamento				
0002.02	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação	Órgão mantido	Unidade	1	9.182.537,00
0002.03	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades do nstituto de pesquisa e planejamento Urbano de Maringá - IPPLAM	Órgão mantido	Unidade	1	6.732.369,00
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral	•			•
0002.04	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Chefia de Gabinete do Prefeito	Órgão mantido	Unidade	1	5.361.151,00
0002.05	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Governo	Órgão mantido	Unidade	1	5.121.134,00
0002.06	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	Órgão mantido	Unidade	1	36.147.316,00
0002.07	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Logística e Compras	Órgão mantido	Unidade	1	12.408.154,00
0002.08	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades das secretarias municipais	Órgão mantido	Unidade	26	7.173.113,00
0002.09	Α	Pagamento de servidores a disposição de outros órgãos	Servidor cedido	Unidade	Global	4.883.483,00
0002.10	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas	Órgão mantido	Unidade	1	11.598.568,00
0002.11	Α	Manutenção de próprios públicos	Serviços mantidos	Unidade	1	17.266.011,00
0002.13	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da MARINGÁ PREVIDÊNCIA - Órgãos Gerenciador	Órgão mantido	Unidade	1	4.847.940,00
0002.15	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos e Institucionais	Órgão mantido	Unidade	1	1.614.398,00
0002.22	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Agência Maringá de Inovação e Tecnologia - AMTECH	Órgão mantido	Unidade	1	1.469.975,00
0002.23	А	Manutenção das ações dos distritos de Floriano e Iguatemi	Órgão mantido	Unidade	2	2.868.104,00
SUBFUN	ÇÃO:	123 - Administração Financeira				
0002.16	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Fazenda	Órgão mantido	Unidade	1	30.302.506,00
SUBFUN	ÇAO:	124 - Controle Interno				
0002.17	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria de Compliance e Controladoria	Órgão mantido	Unidade	1	2.634.871,00
SUBFUN	ÇAO:	126 - Tecnologia da Informação	1			
0002.18	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Centro de Tecnologia da Informação	Centro mantido	Unidade	1	13.609.310,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS							
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$		
1	FUNÇÃO: 09 - Previdência Social							
SUBFUN	ÇÃO:	273 - Previdência Complementar						
0002.24	Α	Manutenção das atividades do Conselho de Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar		Unidade	1	120.060,00		
FUNÇÃO	FUNÇÃO: 12 - Educação							
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral						
0002.19		Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação	Órgão mantido	Unidade	1	38.061.331,00		
0002.20	Α	Manutenção do Programa de Transporte Escolar	Programa mantido	Unidade	1	7.824.033,00		
0002.21		Construção da sede da Secretaria Municipal de Educação	Orgão mantido	Unidade	1	1.142.640,00		
	TOTAL DO PROGRAMA					241.006.928,00		

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0003 - ESPAÇO DO CIDADÃO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover maior integração entre o cidadão e a Administração Pública Municipal, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados, assegurando e conscientizando seus direitos perante o Poder Público e nas relações de consumo.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	FUNÇÃO: 04 - Administração					
SUBFUN	ÇÃO:	131 - Comunicação Social				
0003.01	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Comunicação	Órgão mantido	Unidade	1	5.001.565,00
SUBFUN	ÇÃO:	244 - Assistência Comunitária				
0003.03	А	Manutenção de salões comunitários	Salão comunitário mantido	Unidade	38	140.387,00
FUNÇÃO): 14 - I	Direitos da Cidadania	-			
SUBFUN	ÇÃO:	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
0003.04	ι Δ	Manutenção e desenvolvimento das atividades do PROCON	Órgão mantido	Unidade	1	12.251.295,00
0003.05	Р	Reforma do prédio do PROCON	Prédio reformado	Unidade	1	900.000,00
0003.06	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Ouvidoria Municipal	Serviços mantidos	Unidade	1	784.666,00
	TOTAL DO PROGRAMA					19.077.913,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0004 - CULTURA PRESENTE

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Aumentar o incentivo à cultura para que a produção artística da cidade se desenvolva com criatividade e diversidade. Proporcionar maior acesso da população aos eventos de manifestação artístico-culturais.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO					=	-
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0004.01	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Cultura	Órgão mantido	Unidade	1	8.181.332,00
SUBFUN	ÇÃO:	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico			-	-
0004.02	Α	Manutenção do patrimônio histórico, arquivo e museu	Arquivo e museu mantido	Unidade	1	83.835,00
SUBFUN	ÇÃO:	392 - Difusão Cultural			-	
0004.03	А	Manutenção dos equipamentos culturais	Equipamento cultural mantido	Unidade	13	1.444.625,00
0004.04	А	Manutenção das atividades e projetos relacionados a livro, leitura, literatura e bibliotecas municipais	Ação realizada e/ou apoiada	Unidade	4	594.871,00
0004.05	А	Realização e/ou apoio em eventos e projetos culturais	Evento, atividade e projeto realizado e/ou apoiado	Unidade	31	2.174.485,00
0004.06	Α	Realização de premiações, concursos, apoio, fomento e editais culturais	Ação realizada	Unidade	3	3.756.015,00
0004.07	Р	Ampliação e/ou reforma em equipamentos culturais	Equipamento cultural ampliado e/ou reformado	Unidade	3	10.200.000,00
0004.08	Р	Construção de obras de incentivo a cultura	Espaço cultural construído	Unidade	1	101.000,00
0004.09	Α	Realização e apoio a atividades formativas em arte e cultura	Atividade formativa realizada e/ou apoiada	Unidade	3	61.065,00
0004.11	Α	Manutenção dos centros culturais	Espaço cultural mantido	Unidade	4	82.800,00
TOTAL DO PROGRAMA						

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0005 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Qualificar o servidor municipal para que o mesmo desenvolva suas atividades de maneira eficiente e eficaz.

Promover a valorização do servidor municipal aumentando o nível de satisfação no ambiente de trabalho.

Manter o sistema de saúde ocupacional, visando o bem-estar e a saúde do servidor municipal.

Assegurar assistência médica, ambulatorial, laboratorial, radiológica e odontológica à segurados e dependentes.

		AÇÕES	GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
		Administração 128 - Formação de Recursos Humanos				
0005.01	А	Qualificação e capacitação de recursos humanos	Servidor qualificado	Unidade	9.039	1.147.411,00
0005.02	А	Qualificação e capacitação de recursos humanos - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Servidor qualificado	Unidade	32	435.735,00
SUBFU	ÇÃO:	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador				
0005.03	А	Manutenção das atividades em saúde ocupacional e outros benefícios	Sistema mantido	Unidade	1	1.818.316,00
0005.04	А	Manutenção do sistema de atenção à saúde do servidor - SAMA	Servidor/ dependente assistido	Unidade	33.494	29.673.703,00
0005.05	А	Manutenção do sistema de atenção à saúde do servidor - SAMA - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Servidor/ dependente assistido	Unidade	6.727	7.089.750,00
FUNÇÃ) : 06 - 3	Segurança Pública				•
SUBFU	IÇÃO:	128 - Formação de Recursos Humanos				
0005.06		Formação e especialização de recursos humanos na área de segurança pública	Servidor qualificado	Unidade	217	280.485,00
FUNÇÃ						
SUBFU	IÇÃO:	122 - Administração Geral				
0005.07		Qualificação e capacitação de recursos humanos na área da saúde - Administração Geral	Servidor qualificado	Unidade	60	195.118,00
SUBFU	IÇAO:	301 - Atenção Básica	1			
0005.08		Qualificação e capacitação de recursos humanos na área da saúde - Atenção Básica	Servidor qualificado	Unidade	1.140	24.840,00
SUBFU	IÇAO:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1			
0005.09		Qualificação e capacitação de recursos humanos na área da saúde - Média e Alta Complexidade	Servidor qualificado	Unidade	530	24.840,00
SUBFU	IÇÃO:	304 - Vigilância Sanitária				
0005.10	<u> </u>	Qualificação e capacitação de recursos humanos na área da saúde - Vigilância Sanitária/Zoonoses	Servidor qualificado	Unidade	80	55.373,00
SUBFU	IÇÃO:	305 - Vigilância Epidemiológica				
0005.11	А	Qualificação e capacitação de recursos humanos na área da saúde - Vigilância Epidemiológica/Dengue	Servidor qualificado	Unidade	40	20.700,00
FUNÇÃ) : 12 - I	Educação				•
SUBFU	IÇÃO:	122 - Administração Geral				
0005.12	А	Qualificação e capacitação de recursos humanos na área administrativa e técnica da educação	Servidor qualificado	Unidade	70	196.650,00
SUBFU	IÇÃO:	361 - Ensino Fundamental				
0005.13	A	Qualificação e capacitação de recursos humanos no ensino fundamental	Servidor qualificado	Unidade	2.580	332.235,00
SUBFU	IÇÃO:	365 - Educação Infantil	-			
0005.14	А	Qualificação e capacitação de recursos humanos na educação infantil	Servidor qualificado	Unidade	2.960	262.890,00
,		Transporte				
SUBFU	IÇÃO:	128 - Formação de Recursos Humanos				
0005.15	Α	Qualificação e capacitação de recursos humanos na área de trânsito	Servidor qualificado	Unidade	16	27.945,00
		TOTAL DO PROGRAMA				41.585.991,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0006 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Criar condições e instrumentos que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentável de Maringá e região.

		AÇÕES	GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	: 04 - /	Administração				
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0006.01	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Turismo	l .	Unidade	1	2.681.983,00
0006.02	А	Manutenção das atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico	Conselho mantido	Unidade	1	561.608,00
FUNÇÃO						
SUBFUN	ÇÃO:	364 - Ensino Superior				
0006.03	Α	Manutenção do PROMUBE	Bolsas ofertadas	Unidade	800	1.242.000,00
, ,		Ciência e Tecnologia				
SUBFUN	ÇAO:	572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			1
0006.04	A	Apoio a realização de atividades para o desenvolvimento tecnológico e inovação	instituição apoiada	Unidade	1	307.523,00
SUBFUN	ÇÃO:	573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0			
0006.16	Α	Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação	Conselho mantido	Unidade	1	11.000,00
		Agricultura				
SUBFUN	ÇAO:	608 - Promoção da Produção Agropecuária	<u> </u>		T	T
0006.05	Α	Apoio as atividades relacionadas à produção agropecuária	Atividades mantidas	Unidade	1	907.138,00
0006.06	А	Manutenção das hortas e viveiros comunitários	Horta e viveiro comunitário mantido	Unidade	50	478.737,00
0006.07	Р	Implantação de hortas e viveiros comunitários	Horta e viveiro comunitário implantados	Unidade	2	200.000,00
FUNÇÃO	: 22 - I	ndústria				•
SUBFUN	ÇÃO:	661 - Promoção Industrial				
0006.09	Α	Manutenção e apoio as atividades de promoção industrial	Atividades mantidas	Unidade	1	81.765,00
0006.10	Р	Infraestrutura para parques, áreas e barracões industriais	Parque/área/barrac ão industrial	Unidade	1	7.233.380,00
l .		Comércio e Serviços	-			
SUBFUN	_	691 - Promoção Comercial				
0006.11	A	Manutenção e apoio as atividades de promoção comercial e empreendedorismo	Atividades mantidas	Unidade	1	210.588,00
SUBFUN	ÇÃO:	695 - Turismo				
0006.12	Α	Apoio e realização de atividades e eventos relacionados ao turismo	Atividades mantidas	Unidade	1	7.115.625,00
0006.13	Р	Infraestrutura turística	Ponto turístico	Unidade	1	11.000.000,00
0006.14	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Parque do Japão	Parque mantido	Unidade	1	366.323,00
0006.15	Α	Construção do Centro de Eventos Oscar Niemeyer	Centro construído	Unidade	1	35.527.512,00
		TOTAL DO PROGRAMA				67.925.182,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0007 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar a aposentadoria e pensão do servidor público municipal.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	UNÇÃO: 09 - Previdência Social					
SUBFUN	ÇÃO:	272 - Previdência do Regime Estatutário				
0007.01	A	Manutenção do Fundo Financeiro - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Pessoa assegurada	Unidade	4.021	234.971.910,00
0007.02	А	Manutenção do Fundo Previdenciário - MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Pessoa assegurada	Unidade	719	17.172.720,00
	TOTAL DO PROGRAMA					252.144.630,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

202

Programa: Cód. 0008 - SISTEMA AEROPORTUÁRIO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Prover recursos necessários às demandas relacionadas a sustentabilidade das ações do transporte de passageiros e de cargas no aeroporto.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	: 26 -	Fransporte			-	
SUBFUN	ÇÃO:	781 - Transporte Aéreo				
0008.01	ΙA	Manutenção e desenvolvimento das atividades do aeroporto	Aeroporto mantido	Unidade	1	17.280.377,00
0008.02	Р	Melhorias nas instalações do aeroporto	Melhoria realizada	Unidade	4	1.342.840,00
0008.03	Р	Melhorias nas instalações do aeroporto - PMM	Melhoria realizada	Unidade	1	25.750.000,00
0008.04	ıP	Participação em constituição ou aumento de capital para o aeroporto	Capital constituido	Unidade	1	1.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA				44.374.217,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0009 - HABITAÇÃO

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Facilitar e viabilizar o acesso à casa própria, garantindo o direito à moradia com qualidade e baixo custo.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS					
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO		-	-			
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0009.01	ι Δ	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Diretoria de Habitação de Interesse Social	Serviços mantidos	Unidade	1	1.330.231,00
SUBFUN	ÇÃO:	482 - Habitação Urbana	-			-
0009.02	Α	Manutenção das atividades habitacionais	Atividades mantidas	Unidade	1	179.573,00
0009.03	Р	Reforma de unidades habitacionais	Unidade habitacional reformada	Unidade	2	549.382,00
0009.04	Р	Construção de unidades habitacionais	Unidade habitacional construída	Unidade	160	10.828.814,00
		TOTAL DO PROGRAMA				12.888.000,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0010 - SERVIÇOS URBANOS

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Proporcionar aos cidadãos do Município a prestação de serviços eficientes na manutenção e conservação das vias, coleta de lixo, limpeza dos logradouros e outros serviços, a fim de garantir o bem estar de todos e com isso contribuir com a qualidade de vida da população.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS								
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$		
l .	FUNÇÃO: 04 - Administração							
SUBFUN	ÇAO:	125 - Normatização e Fiscalização	·					
0010.01	Α	Manutenção das atividades da Agência Maringaense de Regulação - AMR	Órgão mantido	Unidade	1	1.685.362,00		
1		Urbanismo						
SUBFUN	ÇAO:	122 - Administração Geral						
0010.02	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura	Órgão mantido	Unidade	1	13.457.463,00		
0010.03	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana	Órgão mantido	Unidade	1	14.754.257,00		
SUBFUN	ÇÃO:	452 - Serviços Urbanos						
0010.04	Α	Manutenção da iluminação pública	Serviços mantidos	Unidade	1	29.066.882,00		
0010.05	Α	Manutenção da limpeza de praças e canteiros	Serviços mantidos	Unidade	1	3.300.652,00		
0010.06	Р	Melhorias em praças	Praça melhorada	Unidade	1	4.608.171,00		
0010.07	Α	Manutenção da infraestrutura em praças	Serviços mantidos	Unidade	1	227.700,00		
0010.08	Α	Manutenção dos serviços de roçada	Serviços mantidos	Unidade	1	903.633,00		
0010.09	Α	Manutenção da limpeza pública	Serviços mantidos	Unidade	1	12.624.450,00		
0010.10	Α	Manutenção e conservação do cemitério municipal	Cemitério mantido	Unidade	1	1.026.144,00		
0010.11	Р	Melhorias no cemitério municipal	Cemitério melhorado	Unidade	1	11.000,00		
0010.12	Α	Manutenção dos serviços de viação	Serviços mantidos	Unidade	1	3.074.368,00		
0010.13	Α	Manutenção da pavimentação asfáltica e galerias de águas pluviais	Serviços mantidos	Unidade	1	46.743.456,00		
0010.14	Α	Manutenção das atividades da fábrica de artefatos de cimento	Fábrica mantida	Unidade	1	195.293,00		
0010.15	Α	Manutenção das atividades da pedreira municipal	Pedreira mantida	Unidade	1	739.113,00		
0010.20	Α	Manutenção da Parceria Público-Privada - Iluminação Pública	Parceria Público- Privada mantida	Unidade	1	22.854.928,00		
FUNÇÃO	: 17 - :	Saneamento				•		
SUBFUN	ÇÃO:	512 - Saneamento Básico Urbano						
0010.17	Α	Manutenção dos serviços de coleta de lixo	Serviços mantidos	Unidade	1	56.630.503,00		
0010.18	Α	Manutenção das atividades de ecopontos	Ecoponto mantido	Unidade	6	30.015,00		
TOTAL DO PROGRAMA						211.933.390,00		

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód: 0011 - MARINGÁ VERDE

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover a qualidade do meio ambiente através de melhorias, monitoramento e controle ambiental.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS						
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$	
1 -		Gestão Ambiental		-	=	-	
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral					
0011.01	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Instituto Ambiental de Maringá - IAM	Órgão mantido	Unidade	1	5.255.511,00	
0011.02	Α	Manutenção do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA	Conselho mantido	Unidade	1	30.015,00	
SUBFUN	ÇÃO:	125 - Normatização e Fiscalização			-		
0011.03	Α	Manutenção dos serviços para licenciamento e fiscalização ambiental	Serviços mantidos	Unidade	1	3.941.064,00	
SUBFUN	ÇÃO:	541 - Preservação e Conservação Ambiental					
0011.04	Α	Manutenção da arborização urbana	Serviços mantidos	Unidade	1	4.766.276,00	
0011.05	Α	Manutenção do viveiro municipal	Viveiro mantido	Unidade	1	214.721,00	
0011.06	Α	Manutenção de parques e bosques	Parque e bosque mantido	Unidade	14	911.318,00	
0011.07	Р	Melhorias em parques, bosques e áreas verdes públicas	Espaço melhorado	Unidade	9	738.100,00	
0011.08	Α	Manutenção e recuperação de fundos de vale	Serviços mantidos	Unidade	1	1.073.295,00	
0011.09	Р	Melhorias em fundos de vale	Fundos de vale melhorado	Unidade	9	849.420,00	
0011.10	Α	Manutenção de espaços e atividades ambientais	Atividades mantidas	Unidade	1	534.474,00	
0011.11	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal	Órgão mantido	Unidade	1	5.607.196,00	
	TOTAL DO PROGRAMA						

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0012 - MARINGÁ SAUDÁVEL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar o atendimento da média e da alta complexidade procurando diminuir suas demandas efetivando a atenção básica no município como espaço prioritário de organização do SUS e investindo nas ações de promoção em saúde.

		AÇUES	GOVERNAMENTAIS				
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$	
FUNÇÃO: 10 - Saúde SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral							
0012.01	Ī	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	Órgão mantido	Unidade	1	50.878.175,00	
0012.03	А	Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Saúde	Conselho mantido	Unidade	1	58.769,00	
SUBFUN	IÇÃO:	301 - Atenção Básica					
0012.05	А	Manutenção da rede municipal de saúde - atenção básica	Unidade mantida	Unidade	38	91.281.582,00	
0012.06	Р	Ampliação e/ou reforma de unidades básicas de saúde	Unidade ampliada e/ou reformada	Unidade	4	2.806.000,00	
0012.08	Α	Manutenção da Estratégia Saúde da Família	Equipe mantida	Unidade	94	73.554.832,00	
0012.09	Α	Manutenção das ações de prevenção e promoção à saúde	Serviços mantidos	Unidade	1	170.775,00	
0012.10		Manutenção do Consórcio Intergestores Paraná Saúde	Consórcio mantido	Unidade	1	2.499.525,00	
SUBFUN	IÇÃO:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial					
0012.11	А	Manutenção da rede municipal de saúde - média e alta complexidade	Unidade mantida	Unidade	4	71.141.542,00	
0012.12	Α	Manutenção da rede de atenção à saúde mental	Unidade mantida	Unidade	9	20.409.731,00	
0012.14	Р	Construção de unidades de média e alta complexidade	Unidade construída	Unidade	1	4.150.000,00	
0012.15	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal	Hospital mantido	Unidade	1	58.335.678,00	
0012.16	Р	Ampliação e/ou reforma no prédio do Hospital Municipal	Hospital ampliado e/ou reformado	Unidade	1	5.000.000,00	
0012.17	Α	Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	Serviços mantidos	Unidade	1	7.739.549,00	
0012.18	Α	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde	Consórcio mantido	Unidade	1	18.542.363,00	
0012.19	Α	Regionalização do SAMU - Consórcio PROAMUSEP	Consórcio mantido	Unidade	1	10.209.228,00	
0012.20	Α	Manutenção dos prestadores de serviços do SUS - Ambulatorial	Serviços mantidos	Unidade	1	78.388.320,00	
0012.21	Α	Manutenção dos prestadores de serviços do SUS - Hospitalar	Serviços mantidos	Unidade	1	158.629.752,00	
0012.23		Manutenção e desenvolvimento das atividades do Hospital da Criança	Hospital mantido	Unidade	1	1.070.358,00	
SUBFUN	IÇAO:	304 - Vigilância Sanitária					
0012.24	Α	Manutenção das atividades da vigilância sanitária	Serviços mantidos	Unidade	1	8.048.047,00	
0012.25		Manutenção das atividades do Centro de Controle de Zoonoses	Centro mantido	Unidade	1	1.734.191,00	
SUBFUN	IÇAO:	305 - Vigilância Epidemiológica					
0012.26	А	Manutenção do programa de combate a IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais	Programa mantido	Unidade	1	5.333.651,00	
0012.27	Α	Manutenção das atividades de epidemiologia e controle de doenças	Serviços mantidos	Unidade	1	3.818.624,00	
0012.28	Α	Manutenção do programa de combate a dengue	Programa mantido	Unidade	1	11.672.128,00	
		TOTAL DO PROGRAMA				685.472.820,00	

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0013 - ESPORTE E LAZER

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover a integração e inclusão social através de atividades esportivas e de lazer. Incentivar e apoiar o esporte local comunitário e de rendimento.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
, ,		Desporto e Lazer	-		-	-
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0013.01	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal dos Esportes e Lazer	Órgão mantido	Unidade	1	16.876.759,00
SUBFUN	ÇÃO:	811 - Desporto de Rendimento			-	-
0013.02	Α	Realização e participação em jogos e eventos esportivos de rendimento	Jogo/evento	Unidade	71	751.410,00
0013.03	Α	Repasse da Lei de Incentivo ao Esporte	Associação esportiva beneficiada	Unidade	31	4.725.810,00
0013.04	Α	Realização da Prova Rústica Tiradentes	Prova realizada	Unidade	1	487.817,00
SUBFUN	ÇÃO:	812 - Desporto Comunitário				•
0013.05	Α	Realização e participação em jogos e eventos esportivos comunitários	Jogo/evento	Unidade	29	316.710,00
0013.06	Α	Manutenção dos espaços esportivos	Espaço mantido	Unidade	137	3.297.900,00
0013.07	Р	Melhorias em espaços esportivos e de lazer	Espaço ampliado e/ou reformado	Unidade	3	15.000.000,00
0013.08	Р	Implantação de novos espaços esportivos e de lazer	Espaço implantado	Unidade	1	8.000.000,00
SUBFUN	ÇÃO:	813 - Lazer			-	
0013.09	А	Realização de eventos recreativos e comemorativos	Evento realizado	Unidade	22	52.785,00
		TOTAL DO PROGRAMA				49.509.191,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0014 - INFRAESTRUTURA URBANA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Melhorar as condições gerais de infraestrutura urbana.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS							
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$		
1 -		Jrbanismo						
SUBFUN	ÇAO:	451 - Infraestrutura Urbana			1			
0014.01	Р	Pagamento de desapropriação de áreas	Desapropriação realizada	Unidade	2	9.343.407,00		
0014.02	Р	Infraestrutura para passeios públicos	Infraestrutura realizada	m²	3.624	1.826.700,00		
0014.03	Р	Execução de pavimentação asfáltica	Pavimentação	m^2	763.573	37.648.000,00		
0014.05	Р	Reforma e/ou manutenção em obra de arte de engenharia	Obra de arte de engenharia reformada e/ou mantida	Unidade	3	4.994.000,00		
0014.06	Р	Implantação de ciclovias	Ciclovia implantada	Unidade	1	5.153.986,00		
0014.07	Р	Revitalização de ciclovias	Ciclovia revitalizada	Unidade	1	200.000,00		
0014.08	Р	Melhorias na rede de iluminação pública	Rede de iluminação pública melhorada	Unidade	1	2.420.000,00		
0014.09	Р	Implantação do Eixo Monumental	Eixo implantado	Unidade	1	30.003.000,00		
0014.12	Р	Implantação da usina de energia fotovoltaica	Usina de energia fotovoltaica implantada	Unidade	1	10.000.000,00		
	FUNÇÃO: 17 - Saneamento SUBFUNÇÃO: 512 - Saneamento Básico Urbano							
0014.10	Р	Implantação de galerias de águas pluviais	Galerias	m	3.270	269.108,00		
0014.11	Р	Infraestrutura para a rede de água e esgoto	Rede implantada	m	18	61.710,00		
		TOTAL DO PROGRAMA				101.919.911,00		

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód: 0015 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Proporcionar maior condição de segurança e mobilidade no sistema de trânsito;

Implementar e assegurar um bom atendimento aos usuários do transporte urbano, intermunicipal e interestadual; Implementar e assegurar o transporte gratuito de estudantes incentivando a permanência e a frequência escolar.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS						
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
		Fransporte	-		-	-
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0015.01	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Órgão mantido	Unidade	1	12.251.496,00
0015.02	Α	Manutenção das atividades administrativas para o trânsito e transporte	Fundo mantido	Unidade	1	18.279.562,00
0015.03	Р	Construção da sede para a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Sede construída	Unidade	1	10.000,00
SUBFUN	ÇÃO:	125 - Normatização e Fiscalização				
0015.04	Α	Manutenção do sistema de fiscalização eletrônica	Equipamento mantido	Unidade	110	17.990.315,00
0015.05	Α	Manutenção do sistema de estacionamento rotativo municipalizado - EstaR	Sistema mantido	Unidade	1	6.627.490,00
0015.06	Α	Manutenção da sinalização horizontal, vertical, rede semafórica e CTA	Sinalização mantida	Unidade	1	12.393.752,00
SUBFUN	ÇÃO:	366 - Educação de Jovens e Adultos				-
0015.07	Α	Campanha educativa e informativa para o trânsito	Ação realizada	Unidade	204	441.945,00
SUBFUN	ÇÃO:	451 - Infraestrutura Urbana				•
0015.09	Р	Programa Mobilidade Urbana - Implantação de corredor de ônibus	Corredor de ônibus implantado	Unidade	1	500.000,00
SUBFUN	ÇÃO: 4	453 - Transportes Coletivos Urbanos				•
0015.10	Α	Manutenção do passe do estudante	Passe livre	Unidade	3.708.000	9.220.194,00
0015.11	Α	Manutenção e implantação de ponto de ônibus	Ponto reformado/ implantado	Unidade	100	622.035,00
0015.13	Α	Manutenção dos terminais urbanos	Terminal mantido	Unidade	4	2.937.252,00
0015.16		Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do transporte público coletivo	Repasse realizado	Unidade	3	13.124.168,00
SUBFUN	ÇÃO:	782 - Transporte Rodoviário				
0015.14	Α	Manutenção do terminal rodoviário	Terminal mantido	Unidade	1	3.589.422,00
TOTAL DO PROGRAMA						97.987.631,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0016 - EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Garantir o acesso e permanência de um número cada vez maior de crianças de 0 a 3 anos (creche) e de 4 a 5 anos (pré-escola) nos Centros Municipais de Educação Infantil, assegurando-lhes o atendimento de suas necessidades básicas, sociais, cognitivas, afetivas e físicas.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS							
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$		
FUNÇÃO	: 12 - I	Educação						
SUBFUN	ÇÃO:	306 - Alimentação e Nutrição						
0016.01	А	Manutenção do Programa de Alimentação Creche	Refeição distribuída	Unidade/dia	59.143	6.084.281,00		
SUBFUN	ÇÃO:	365 - Educação Infantil						
0016.02	ι Δ	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Educação Infantil	Centro municipal e conveniado mantido	Unidade	67	242.837.343,00		
0016.03	Р	Construção de Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs	Centro construído	Unidade	4	7.996.890,00		
0016.04	ıP	Ampliação e/ou reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs	Centro ampliado e/ou reformado	Unidade	6	20.003.000,00		
TOTAL DO PROGRAMA								

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0017 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental.

		AÇÕES	GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	: 12 - [Educação	-		-	
SUBFUN	ÇÃO:	306 - Alimentação e Nutrição				
0017.01	Α	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar	Refeição distribuída	Unidade/dia	35.630	7.917.849,00
SUBFUN	ÇÃO:	361 - Ensino Fundamental				
0017.02	1 A I	Manutenção e desenvolvimento das atividades do ensino fundamental Escola mantida Unidade		55	206.141.664,00	
0017.03	Р	Construção de escolas do ensino fundamental	Escola construída	Unidade	3	24.904.000,00
0017.04	Р	Ampliação e/ou reforma de escolas do ensino fundamental	Escola ampliada e/ou reformada	Unidade	4	3.803.000,00
0017.05		Manutenção do Centro Municipal de Apoio Especializado Interdisciplinar - CEMAE	Centro mantido	Unidade	1	602.520,00
SUBFUN	ÇÃO:	366 - Educação de Jovens e Adultos				
0017.06	Α	Manutenção da educação de jovens e adultos	Aluno atendido	Unidade	300	1.315.480,00
SUBFUN	ÇÃO:	367 - Educação Especial				•
0017.07		Manutenção da educação inclusiva (pessoas com necessidades educativas especiais)	Aluno atendido	Unidade	1.684	2.751.512,00
		TOTAL DO PROGRAMA				247.436.025,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0018 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de políticas públicas visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS				
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$	
FUNÇÃO	: 08 - 7	Assistência Social					
SUBFUN	ÇÃO: 2	241 - Assistência ao Idoso					
0018.01	A Manutenção das ações de proteção social básica ao idoso Unidade própria/entidade conveniada Unidade 17					1.779.839,00	
SUBFUN	ÇÃO: 2	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente					
0018.02	A 1	Manutenção das ações de proteção social básica à criança e ao adolescente	Unidade própria/entidade conveniada	Unidade	9	3.619.602,00	
SUBFUN	ÇÃO: 2	244 - Assistência Comunitária					
0018.03	A 1	Manutenção das ações de proteção social básica às famílias	Unidade própria/entidade conveniada	Unidade	20	16.556.705,00	
0018.04		Ampliação e/ou reforma para a rede de proteção social básica às famílias	Unidade ampliada e/ou reformada	Unidade	4	7.000,00	
0018.05		Construção para a rede de proteção social básica às famílias	Unidade construída	Unidade	2	7.000,00	
		TOTAL DO PROGRAMA				21.970.146,00	

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0019 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Prover atenção sócio-assistencial à familias e indivíduos que encontram-se em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua e situação de trabalho infantil.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS								
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$			
FUNÇÃO	: 08 <i>- A</i>	Assistência Social	-						
SUBFUN	ÇÃO: 2	241 - Assistência ao Idoso							
0019.01	Manutenção das ações de proteção social especial ao idoso		Unidade própria/entidade conveniada	Unidade	9	8.910.250,00			
0019.02		Construção para a rede de proteção social especial ao idoso	Unidade construída Unidade 1			10.000,00			
SUBFUN	ÇÃO: 2	242 - Assistência ao Portador de Deficiência							
0019.03	- Δ	Manutenção das ações de proteção social especial à pessoa com deficiência	i i I Inidade I 6		6	2.607.223,00			
SUBFUN	ÇÃO: 2	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-		-				
0019.05		Manutenção das ações de proteção social especial à criança e ao adolescente	Unidade própria/entidade conveniada	Unidade	3	5.842.001,00			
0019.06		Construção para a rede de proteção social especial à criança e ao adolescente	Unidade construída	Unidade	1	100.000,00			
SUBFUN	ÇÃO: 2	244 - Assistência Comunitária	-			•			
0019.07	Α	Manutenção das ações de proteção social especial à família e indivíduo	Unidade própria/entidade conveniada	Unidade	13	12.548.098,00			
		TOTAL DO PROGRAMA				30.017.572,00			

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód: 0020 - MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Formular, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas, visando combater a discriminação e toda forma de violência contra a mulher.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS	i e				
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$		
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social								
SUBFUN	ÇÃO:	244 - Assistência Comunitária						
0020.01	0020.01 A Manutenção da rede de atendimento à mulher Unidade mantida Unidade 2							
FUNÇÃO	FUNÇÃO: 11 - Trabalho							
SUBFUN	ÇÃO:	334 - Fomento ao Trabalho						
0020.03	1 A I	Qualificação, Valorização e Empoderamento das Mulheres	Vaga ofertada	Unidade	2.365	401.166,00		
FUNÇÃO	: 14 - [Direitos da Cidadania						
SUBFUN	ÇÃO:	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos						
0020.04	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres		Unidade	1	2.328.311,00		
		TOTAL DO PROGRAMA				4.700.659,00		

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0021 - MARINGÁ MAIS SEGURA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Proporcionar à cidade de Maringá segurança efetiva e contínua, promovendo ações integradas de prevenção, defesa, proteção ao cidadão, constituída de forma participativa e articulada.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS			
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$
FUNÇÃO	: 06 - 8	Segurança Pública				-
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0021.01	Α	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria de Segurança Municipal			2.996.760,00	
SUBFUN	ÇÃO:	181 - Policiamento				
0021.03	Α	Manutenção da Guarda Municipal	Guarda municipal mantida	' I Unidade I 1 I		26.762.819,00
0021.04	Α	Manutenção dos convênios de segurança pública	Convênio mantido	Unidade	4	129.788,00
SUBFUN	ÇÃO:	182 - Defesa Civil				
0021.05	1 A I	Manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros de Maringá	Quartel/posto mantido	Unidade	5	1.169.755,00
0021.06		Ampliação e/ou reforma para o Corpo de Bombeiros de Maringá	Quartel/posto ampliado e/ou reformado	Unidade	1	119.240,00
0021.07	Α	Manutenção das atividades de defesa civil	Serviços mantidos	Unidade	1	63.232,00
SUBFUN	ÇÃO:	183 - Informação e Inteligência				•
0021.08	Α	Manutenção do Centro de Controle Integrado - CCI	Centro mantido	Unidade	1	2.616.007,00
		TOTAL DO PRO	GRAMA			33.857.601,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0022 - MARINGÁ CIDADÃ

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover a garantia de direitos através do fortalecimento das Políticas de Direitos (da criança e adolescente, da juventude, do idoso, da pesoa com deficiência), de segurança alimentar e nutrição e da política sobre drogas.

	AÇÕES GOVERNAMENTAIS								
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$			
-		Assistência Social							
SUBFUN	IÇAO:	122 - Administração Geral	<u> </u>		I				
0022.01	А	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Política Sobre Drogas e Pessoa Idosa	l ,	Unidade	1	10.275.007,00			
0022.21	A	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	Órgão mantido	Unidade	1	1.381.415,00			
SUBFUN	ÇÃO:	241 - Assistência ao Idoso	!		!	!			
0022.02	А	Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	Conselho mantido	Unidade	1	12.000,00			
SUBFUN	IÇÃO:	242 - Assistência ao Portador de Deficiência			_	_			
0022.03	A	Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD	Conselho mantido	Unidade	1	19.000,00			
SUBFUN	IÇAO:	243 - Assistência a Criança e ao Adolescente	<u> </u>		Γ	T			
0022.05	A	Manutenção do Centro da Juventude	Centro mantido	Unidade	1	885.529,00			
SUBFUN	IÇAO:	244 - Assistência Comunitária Realização e/ou participação em eventos	<u> </u>		<u> </u>	1			
0022.07	Α	Realização e/ou participação em eventos assistenciais	Evento realizado	Unidade	10	347.047,00			
0022.08	Α	Manutenção do Centro de Múltiplo Uso	Centro mantido	Unidade	1	486.410,00			
0022.09	А	Manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA	Conselho mantido	Unidade	1	11.903,00			
0022.10	А	Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS	Conselho mantido	Unidade	1	25.099,00			
SUBFUN	IÇÃO:	306 - Alimentação e Nutrição							
0022.12		Manutenção do setor de segurança alimentar	Serviços mantidos	Unidade	6	4.868.853,00			
SUBFUN	IÇÃO:	334 - Fomento ao Trabalho							
0022.13		Manutenção da Escola Profissionalizante Prof ^o Laura Rebouças de Abreu	Escola mantida	Unidade	1	809.995,00			
-		Direitos da Cidadania							
SUBFUN	IÇAO:	244 - Assistência Comunitária Manutenção dos serviços de prevenção ao uso de	<u> </u>		<u> </u>	1			
0022.14	A	drogas	Serviços mantidos	Unidade	1	967.311,00			
SUBFUN	IÇAO:	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos Manutenção do Conselho Municipal Anti Drogas -	<u> </u>		I	1			
0022.15	Α	COMAD	Conselho mantido	Unidade	1	18.000,00			
0022.16	Α	Manutenção das atividades de promoção da igualdade racial	Atividades mantidas	Unidade	1	240.820,00			
0022.17	А	Manutenção e desenvolvimento atividades da Secretaria Municipal de Juventude, Cidadania e Migrantes	l ,	Unidade	1	3.044.768,00			
0022.18	Α	Manutenção das atividades do Conselho Municipal do Migrante, Refugiado e Apátrios	Conselho mantido	Unidade	1	285.318,00			
0022.22	А	Manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social - CODES	Conselho mantido	Unidade	1	17.000,00			
SUBFUN	IÇÃO:	423 - Assistência aos povos Indígenas							
0022.19	Α	Manutenção da Casa de Passagem Indígena	Casa mantida	Unidade	1	305.599,00			
		TOTAL DO PRO	GRAMA			24.001.074,00			

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

202

Programa: Cód. 0023 - TRABALHO E RENDA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Promover o trabalho e a geração de renda através do apoio ao empreendedorismo e encaminhamento à qualificação profissional e social.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS				
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR EM R\$	
FUNÇÃO	: 11 - t	rabalho					
SUBFUN	ÇÃO:	333 - Empregabilidade					
0023.01	ı	Manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar		Unidade	1	5.877.060,00	
0023.02	А	Manutenção da Agência do Trabalhador	Agência mantida	Unidade	1	1.682.178,00	
SUBFUN	ÇÃO:	334 - Formento ao Trabalho				-	
0023.03	1 A	Incentivo a realização de capacitação e treinamento de mão-de-obra	Curso/evento realizado	Unidade	42	20.000,00	
0023.04	Α	Apoio a microempresas	Instituição apoiada	Unidade	1	963.585,00	
0023.05	Р	Construção da Casa do Artesão	Casa do Artesão construída	Unidade	1	100.000,00	
		TOTAL DO PRO	GRAMA			8.642.823,00	

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 0024 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Formular, coordenar, supervisionar e implementar políticas públicas para crianças e adolescentes.

		AÇÕES (GOVERNAMENTAIS	1		
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	DDUTO UNIDADE DE META F		VALOR EM R\$
FUNÇÃO: 08 - Assistêcia Social						
SUBFUN	ÇÃO:	122 - Administração Geral				
0024.01	- A	Manutenção da Secretaria da Criança e do Adolescente	Órgão mantido	1.819.697,00		
SUBFUN	ÇÃO:	243 - Assistência a Criança e ao Adolescente				
0024.02	Α	Fortalecimento da rede de atendimento à criança e ao adolescente - FMDCA	Ações realizadas	Unidade	11	2.843.145,00
0024.03	Α	Manutenção do Conselho Tutelar	Conselho mantido	Unidade	3	2.340.943,00
0024.04		Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA	Conselho mantido	Unidade	13.000,00	
0024.06	- Δ	Manutenção do Sistema Municipal de Atendimento Sócioeducativo - SIMASE	Sistema mantido	Unidade	1	55.890,00
		TOTAL DO PRO	GRAMA			7.072.675,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

Programa: Cód. 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO PROGRAMÁTICO:

Reserva gráfica de dotação para fins de abertura de créditos adicionais e cobertura de passivos contingentes, utilizável nos termos do artigo 5°, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e artigo 8º da Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS									
CÓD.	NAT.	AÇÃO PROPOSTA	PRODUTO	VALOR EM R\$					
FUNÇÃO	FUNÇÃO: 99 - Reserva de Contingência								
SUBFUNÇÃO: 997 - Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS									
9999.01	OE	Reserva de contingência - Fundo Previdenciário	Capitalização realizada	. , i finidade i Giobal I		191.293.875,00			
SUBFUN	ÇÃO:	999 - Reserva de Contingência							
9999.02	OE	Reserva de contingência - PMM	Reserva Unidade Global		25.505.500,00				
		TOTAL DO PROGRAMA				216.799.375,00			

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°)												
		2025			2026					2027		
ESPECIFICAÇÃO	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
ESPECIFICAÇÃO	Corrente	Constante	(a/PIB)x		Corrente	Constante		(b/RCL	Corrente	Constante		(c/RCL)
	(a)		100	x100	(b)		x100)x100	(c)		100	x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.700.705.571,00	2.616.962.762,60	0,36	4,21	2.834.984.417,00	2.664.459.038,53	0,36	4,23	3.006.277.896,00	2.742.954.284,67	0,36	4,29
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.464.785.430,00	2.388.357.974,81	0,33	3,84	2.614.354.228,00	2.457.099.838,35	0,33	3,90	2.779.747.124,00	2.536.265.624,09	0,34	3,96
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.643.527.241,00	2.561.557.404,07	0,36	4,12	2.763.317.369,00	2.597.102.790,41	0,35	4,13	2.925.696.092,00	2.669.430.740,88	0,35	4,17
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	2.513.671.241,00	2.435.727.946,71	0,34	3,92	2.627.240.369,00	2.469.210.873,12	0,33	3,92	2.781.737.092,00	2.538.081.288,32	0,34	3,97
Receita Total (COM FONTES RPPS)	238.992.670,00	231.582.044,57	0,03	0,37	252.692.952,00	237.493.375,94	0,03	0,38	260.246.196,00	237.450.908,76	0,03	0,37
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	189.148.368,00	183.283.302,33	0,03	0,29	199.758.303,00	187.742.765,98	0,03	0,30	203.659.056,00	185.820.306,57	0,02	0,29
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	100.401.000,00	97.287.790,70	0,01	0,16	118.735.000,00	111.593.045,11	0,02	0,18	123.293.000,00	112.493.613,14	0,01	0,18
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	100.401.000,00	97.287.790,70	0,01	0,16	118.735.000,00	111.593.045,11	0,02	0,18	123.293.000,00	112.493.613,14	0,01	0,18
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(48.885.811,00)	(47.369.971,90)	(0,007)	(0,08)	(12.886.141,00)	(12.111.034,77)	#####	(0,02)	(1.989.968,00)	(1.815.664,23)	(0,0002)	(0,003)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V)+(III - IV)	39.861.557,00	38.625.539,73	0,005	0,06	68.137.162,00	64.038.686,09	0,009	0,10	78.376.088,00	71.511.029,20	0,009	0,11
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (EXCETO RPPS)	89.420.141,00	86.647.423,45	0,01	0,14	91.247.189,00	85.758.636,28	0,01	0,14	93.740.345,00	85.529.511,86	0,01	0,13
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (EXCETO RPPS)	27.351.000,00	26.502.906,98	0,00	0,04	28.413.000,00	26.703.947,37	0,00	0,04	30.059.000,00	27.426.094,89	0,00	0,04
Dívida Pública Consolidada (DC)	623.711.551,44	604.371.658,37	0,08	0,97	512.249.427,35	481.437.431,72	0,07	0,76	434.118.869,24	396.093.858,80	0,05	0,62
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(145.373.448,56)	(140.865.744,73)	(0,02)	(0,23)	(301.820.572,65)	(283.665.951,74)	(0,04)	(0,45)	(418.264.464,09)	(381.628.160,66)	(0,05)	(0,60)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	38.062.992,43	36.882.744,60	0,005	0,06	156.447.124,09	147.036.770,76	0,02	0,23	116.443.891,44	106.244.426,49	0,01	0,17

FONTE: Diretoria de Orçamento

O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB real (crescimento % anual)	5,57	5,57	5,57
Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,20	3,20	3,20
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	742.946.000.000,00	784.328.000.000,00	828.015.000.000,00
Projeção da RCL do Estado - R\$ milhares	64.196.502.517,00	66.977.032.299,00	70.149.395.051,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2025 Valor corrente / 1,03

2026 Valor corrente / 1,06

2027 Valor corrente / 1,10

FONTE: Directria de Orçamento

NOTA: O Resultado Norminal foram elaborados para Meta Fiscal conforme a Portaria STNMF nº 699/2023, de 07 de julho de 2023. Os demonstrativos fiscais foram preenchidos utilizando a metodologia ou entendimento atualmente válidos para todo o periodo de referência, andrá que abrança periodos anteriores a entrada em vigor da nova norma. Isso se deve ao entendimento de que se constitu loca prática contábil a utilização de critério uniforme para todo o periodo abrançido pelo demonstrativo.

A previsão para aportes para cobertura de difficit financeiro e para demanais despesas com recurso do tescuro, para a entidade Maringá Previdência, não foram consideradas nas Despesas (COM FONTES RPPS), sendo estas depessesas cosideradas como Despesas (EXCETO FONTE RPPS).

Nas Despesas (COM FONTES RPPS) foi deduzida a Reserva de Contingência do RPPS.

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso I)

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso I)	MF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso I)										
	Metas Previstas em			Metas Realizadas em			Variaç	ão			
ESPECIFICAÇÃO	2023 (a)	% PIB	% RCL	2023 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100			
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.386.471.812,00	0,36	4,49	2.449.670.171,53	0,37	4,11	63.198.360				
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.197.923.171,00	0,33	4,13	2.266.922.054,67	0,34	3,81	68.998.884	3,14			
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.386.471.812,00	0,36	4,49	2.384.086.117,40	0,36	4,00	(2.385.695)	(0,10)			
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	2.271.829.576,00	0,34	4,27	2.232.251.740,69	0,34	3,75	(39.577.835)	-1,74			
Receita Total (COM FONTES RPPS)	265.707.200,00	0,04	0,50	283.854.415,43	0,04	0,48	18.147.215	6,83			
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	194.461.200,00	0,03	0,37	193.325.262,68	0,03	0,32	(1.135.937)	(0,58)			
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	76.533.000,00	0,01159	0,1440	92.240.183,40	0,01	0,15	15.707.183	20,52			
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	76.533.000,00	0,01	0,14	92.240.183,40	0,01	0,15	15.707.183	20,52			
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(73.906.405,00)	-0,01	-0,14	34.670.313,98	0,01	0,06	108.576.719	(146,91)			
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V)+(III - IV)	44.021.795,00	0,01	0,08	135.755.393,26	0,02	0,23	91.733.598	208,38			
Dívida Pública Consolidada (DC)	461.626.183,54	0,07	0,87	531.237.446,94	0,08	0,89	69.611.263	15,08			
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(213.460.063,77)	-0,03234	-0,4016	(188.383.784,01)	(0,03)	(0,32)	25.076.280	(11,75)			
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	213.508.726.09	0.0323	0.40	88.934.452.93	0.01	0.15	(124.574.273)	(58.35)			

Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha FONTE: Diretoria de Orçamento

NOTA: O Resultado Primário e o Resultado Nominal foram elaborados para Meta Fiscal conforme a Portaria STN/MF nº 699/2023, de 07 de julho de 2023. Os demonstrativos fiscais foram preenchidos utilizando a metodologia ou entendimento atualmente válidos para todo o período de referência, ainda que abranja períodos anteriores a entrada em vígor da nova norma. Isso se deve ao entendimento de que se constitui boa prática contábil a utilização de critério uniforme para todo o período abrangido pelo demonstrativo.

Os aportes para cobertura de déficit financeiro e para demanais despesas com recurso do tesouro, para a entidade Maringá Previdência, não foram consideradas nas Despesas (COM FONTES RPPS), sendo depesas consideradas como Despesas (EXCETO FONTE RPPS). Na coluna das metas previstas Despesas (COM FONTES RPPS) foi deduzida a Reserva de Contingência do RPPS.

Na coluna metas realizadas, os valores lançados, em relação as despesas, foram com base nos empenhos e restos a pagar pagos no período.

PIB Estadual e RCL do Estado: previsto e realizado para 2023

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2023	660.103.000.000
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2023*	660.103.000.000
Previsão da RCL do Estado para 2023	53.157.661.108
Valor efetivo (realizado) da RCL do Estado para 2023	59.565.155.118

FONTE: PIB Estadual - IPARDES RCL do Estado - SEFA-PR

NOTA: A previsão do PIB Estadual para 2023 e da RCL foi revisado e está de acordo com os valores projetados e encaminhados pelo IPARDES em 27/03/2024 e pela SEFA-PR.

*O valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2023 é o mesmo da previsão, pois, segundo o IPARDES, não há até o momento dados sobre o PIB Estadual realizado, pois as informações que são repassadas pelo IBGE tem uma defasagem de 02 anos.

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM PETADAS ONOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4°, § 2°, inciso II)											R\$ 1,00
				VAL	ORES A F	VALORES A PREÇOS CORRENTES	ES				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.893.960.488,00	.960.488,00 2.386.471.812,00	26,00	2.518.795.000,00	5,54	2.700.705.571,00	7,22	2.834.984.417,00	4,97	3.006.277.896,00	6,04
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.801.670.651,00	.670.651,00 2.197.923.171,00	21,99	2.315.515.146,00	5,35	2.464.785.430,00	6,45	2.614.354.228,00	6,07	2.779.747.124,00	6,33
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.881.103.488,00	1.881.103.488,00 2.386.471.812,00	26,87	2.518.795.000,00	5,54	2.643.527.241,00	4,95	2.763.317.369,00	4,53	2.925.696.092,00	5,88
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.780.430.161,00	430.161,00 2.271.829.576,00	27,60	2.396.482.401,00	5,49	2.513.671.241,00	4,89	2.627.240.369,00	4,52	2.781.737.092,00	5,88
Receita Total (COM FONTES RPPS)	189.737.000,00	265.707.200,00	40,04	256.551.000,00	(3,45)	238.992.670,00	(6,84)	252.692.952,00	5,73	260.246.196,00	2,99
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	134.682.000,00	194.461.200,00	44,39	176.155.000,00	(9,41)	189.148.368,00	7,38	199.758.303,00	5,61	203.659.056,00	1,95
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	64.797.000,00	76.533.000,00	18,11	71.726.000,00	(6,28)	100.401.000,00	39,98	118.735.000,00	18,26	123.293.000,00	3,84
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	64.797.000,00	76.533.000,00	18,11	71.726.000,00	(6,28)	100.401.000,00	39,98	118.735.000,00	18,26	123.293.000,00	3,84
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	21.240.490,00	(73.906.405,00) (447,95)	(447,95)	(80.967.255,00)	9,55	(48.885.811,00)	(39,62)	(12.886.141,00)	(73,64)	(1.989.968,00)	(84,56)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V)+(III – IV)	91.125.490,00	44.021.795,00	(51,69)	23.461.745,00	(46,70)	39.861.557,00	06'69	68.137.162,00	70,93	78.376.088,00	15,03
Dívida Pública Consolidada (DC)	420.124.909,63	461.626.183,54	9,88	589.799.543,87	27,77	623.711.551,44	5,75	512.249.427,35	(17,87)	434.118.869,24	(15,25)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	48.662,32	(213.460.063,77)	(438.755,75)	(213.460.063,77) (438.755,75) (107.310.456,13)	(49,73)	(145.373.448,56)	35,47	(301.820.572,65)	107,62	(418.264.464,09)	38,58
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	107.616.771,16	213.508.726,09		98,40 (106.149.607,64) (149,72)	(149,72)	38.062.992,43 (135,86)	(135,86)	156.447.124,09	311,02	116.443.891,44 (25,57)	(25,57)

				VALC	DRES A PI	VALORES A PREÇOS CONSTANTES	ES.				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.821.115.853,85	1.821.115.853,85 2.294.684.434,62	26,00	2.445.432.038,83	6,57	2.616.962.762,60	7,01	7,01 2.664.459.038,53	1,81	2.742.954.284,67	2,95
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.732.375.625,96 2.113.387.664,42	2.113.387.664,42	21,99	2.248.072.957,28	6,37	2.388.357.974,81	6,24	6,24 2.457.099.838,35	2,88	2.536.265.624,09	3,22
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.808.753.353,85	1.808.753.353,85 2.294.684.434,62	26,87	2.445.432.038,83	6,57	6,57 2.561.557.404,07	4,75	4,75 2.597.102.790,41	1,39	1,39 2.669.430.740,88	2,78
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.711.952.077,88	1.711.952.077,88 2.184.451.515,38	27,60	2.326.681.942,72	6,51	2.435.727.946,71	4,69	2.469.210.873,12	1,37	2.538.081.288,32	2,79
Receita Total (COM FONTES RPPS)	182.439.423,08	255.487.692,31	40,04	249.078.640,78	(2,51)	231.582.044,57	(7,02)	237.493.375,94	2,55	237.450.908,76	(0,02)
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	129.501.923,08	186.981.923,08	44,39	171.024.271,84	(8,53)	183.283.302,33	7,17	187.742.765,98	2,43	185.820.306,57	(1,02)
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	62.304.807,69	73.589.423,08	18,11	69.636.893,20	(5,37)	97.287.790,70	39,71	111.593.045,11	14,70	112.493.613,14	0,81
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	62.304.807,69	73.589.423,08	18,11	69.636.893,20	(5,37)	97.287.790,70	39,71	111.593.045,11	14,70	112.493.613,14	0,81
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = $(I - II)$	20.423.548,08	(71.063.850,96) (447,95)	(447,95)	(78.608.985,44)	10,62	(47.369.971,90)	(39,74)	(12.111.034,77)	(74,43)	(1.815.664,23) (85,01)	85,01)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = $(V)+(III-IV)$	87.620.663,46	42.328.649,04	(51,69)	22.778.393,20	(46,19)	38.625.539,73	69,57	64.038.686,09	62,79	71.511.029,20 11,67	11,67
Dívida Pública Consolidada (DC)	403.966.259,26	443.871.330,33	9,88	572.620.916,38	29,01	604.371.658,37	5,54	481.437.431,72	(20,34)	396.093.858,80 (17,73)	17,73)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	46.790,69	(205.250.061,32)	(438.755,75)	46.790,69 (205.250.061,32) (438.755,75) (104.184.908,86)	(49,24)	(49,24) (140.865.744,73)	35,21	(283.665.951,74) 101,37 (381.628.160,66)	101,37	(381.628.160,66)	34,53
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	103.477.664,58	205.296.852,01		98,40 (103.057.871,50) (150,20)	(150,20)	36.882.744,60	(135,79)	147.036.770,76	298,66	36.882.744,60 (135,79) 147.036.770,76 298,66 106.244.426,49 (27,74)	27,74)

NOTA: O Resultado Primário e o Resultado Nominal foram elaborados para Wata Fiscal conforme a Portaria STNMF nº 699/2023, de 07 de julho de 2023. Os demonstrativos fiscais foram preenchidos utilizando a metodología ou entendimento atuada em vigor da nova norma. Isso se deve ao entendimento de que se constitui boa prática contábil a utilização de critério uniforme para todo o período abrangido pelo demonstrativo.

A previsão para aportes para cobertura de deflicit financeiro e para edemanais despesas com recurso do tescuro, para a entidade Maringá Previdência, não foram consideradas nas Despesas (COM FONTES RPPS), sendo estas depesesas cosideradas como Despesas (EXCETO FONTE RPPS).

Nas Despesas (COM FONTES RPPS) foi deduzida a Reserva de Contingência do RPPS.

FONTE: Diretoria de Orçamento

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM SETRÁDAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2025

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

	2027	3,20
	2026	3,20
	2025	3,20
IFLAÇÃO	2024	3,60
INDICES DE IN	2023	5,80
	2022	3,50

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Relatório de Inflação divulgado pelo BACEN , em 28 de março de 2024.

2022 Valor corrente /1,040

2023 Valor corrente / 1,040

2024 Valor corrente / 1,030

Valor corrente / 1,030 2025

2026 Valor corrente / 1,060

2027 Valor corrente / 1,100

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

R\$	4	.(1
ω	- 1	ж.	N

7 IIVII BOIIIOIIOII aliivo I	<u> </u>	3 <u> </u>					1 τφ 1,00
PATRIMÔNIO LÍC	UIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital			-		-		-
Reservas		59.954.647	1	59.954.647	1	59.954.647	1
Resultado Acumulado	9	9.550.706.117	99	9.303.215.093	99	9.159.978.433	99
TOTAL	S	9.610.660.764	100	9.363.169.741	100	9.219.933.081	100

	REGIME	PREVIDE	NCIÁRIO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio Reservas Lucros ou Prejuízos Acumulados	185.178.395	100	92.746.697	100	69.801.779	100
TOTAL	185.178.395	100	92.746.697	100	69.801.779	100

FONTE: Diretoria de Contabilidade e MARINGÁ PREVIDÊNCIA

Notas:

- a) A variação positiva do Patrimônio Líquido PL verificado no ano de 2022 em relação a 2021, no montante de R\$ 143.236.660,00 (cento e quarenta e três milhões, duzentos e trinta e seis mil e seiscentos e sessenta reais), foi ocasionado pelo superávit do exercício de 2022 maior que os ajustes realizados no PL no mesmo período.
- b) O crescimento do PL do RPPS de 2021 para 2022 em R\$ 22.944.918 ocorreu, principalmente, devido a elevação dos Investimentos e Aplicações Financeira no valor de 93.146.956, enquanto as Provisões Matemáticas Previdenciárias apresentadas no Cálculo Atuarial ano base 2022 aumentaram R\$ 68.641.735, essa diferença foi a principal causa para evolução do PL.
- c) A variação positiva do PL verificado no ano de 2023 em relação a 2022, no montante de R\$ 247.491.023,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e um mil e vinte e três reais), foi ocasionado pelo superávit do exercício de 2023 maior que os ajustes realizados no PL no mesmo período.
- d) O crescimento do PL do RPPS de 2022 para 2023 em R\$ 92.431.699 (99,6%) ocorreu, principalmente, devido a elevação dos Investimentos e Aplicações Financeira no valor de R\$ 192.027.467 (28,4%), enquanto as Provisões Matemáticas Previdenciárias apresentadas no Cálculo Atuarial ano base 2023 aumentaram R\$ 102.631.039 (17,5%), essa diferença foi a principal causa para evolução do PL.
- e) No Demonstrativo 4, as Reservas no valor de R\$ 59.954.647 (cinquenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e seissentos e quarenta e sete reais), nos exercíciois de 2021 a 2023, correspondem aos valores de Ajustes de Avaliação Patrimonial, constante no Balanço Patrimonial.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2025

AMF - Demonstrativo 5 ((LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023	2022	2021
RECEITAS REALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	14.726.383,61	7.380.136,69	8.090.925,54
Alienação de Bens Móveis	0,00	226.200,00	637.100,00
Alienação de Bens Imóveis	12.302.891,08	5.505.764,75	6.945.495,93
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.423.492,53	1.648.171,94	508.329,61

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	137.984,00	5.587.968,93	2.841.580,45
DESPESAS DE CAPITAL	137.984,00	5.587.968,93	2.841.580,45
Investimentos	137.984,00	5.587.968,93	2.841.580,45
Inversões Financeiras		0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2023	2022	2021
OALDO I INANGLINO	(g)=(la-lld)+lllh)	(h) = (l b - ll e) + lll i)	(i) = (I c - II f)
VALOR (III)	21.629.912,46	7.041.512,85	5.249.345,09

FONTE: Diretoria de Contabilidade

Notas

- a) A despesa executada refere-se a despesa liquidada somadas às despesas inscritas em restos a pagar n\u00e3o processados, custeadas com recursos de aliena\u00e7\u00e3o de ativos.
- b) As despesas em 2021, R\$ 277.739,85 (duzentos e setenta e sete mil setecentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), foram custeadas com recursos do exercício e R\$ 2.563,840,60 (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil oitocentos e quarenta reais e sessenta centavos com recursos do Superávit Financeiro. Já as despesas de 2022 foram custeadas na sua totalidade com recursos de Superávit Financeiro e as do exercício de 2023, R\$ 32.450,00 (Trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais) com recursos do exercício e o restante no valor de R\$ 105.534,00 (Cento e cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais), com recursos do Superávit Financeiro.
- c) O saldo financeiro do demonstrativo não considera os restos a pagar cancelados e o saldo de Superávit Financeiro apurado em exercícios anteriores a 2021.
- d) O valor total das Receitas de Alienação de Bens Móveis e Bens Imóveis, está somando a Receita de Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital, rubrica: 1.9.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00.00.00.

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023			
RECEITAS CORRENTES (I)	80.386.805,68	97.371.357,96	197.693.076,84			
Receita de Contribuições dos Segurados	39.741.716,80	47.661.538,82	53.661.193,69			
Ativo	39.741.613,24	47.661.285,27	53.661.168,56			
Inativo	103,56	253,55	25,13			
Pensionista						
Receita de Contribuições Patronais	40.645.088,88	47.898.014,28	53.893.362,82			
Ativo	40.645.088,88	47.898.014,28	53.893.362,82			
Inativo						
Pensionista						
Receita Patrimonial	0,00	1.811.804,86	89.491.209,14			
Receitas Imobiliárias	0,00	1.811.804,86	89.491.209,14			
Receitas de Valores Mobiliários						
Outras Receitas Patrimoniais						
Receita de Serviços						
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	647.311,19			
Compensação Financeira entre os Regimes	1,11	.,	647.311,19			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			, ,			
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos						
Amortização de Empréstimos						
Outras Receitas de Capital						
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	80.386.805,68	97.371.357,96	197.693.076,84			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023			
,	6.150.874,48	-	11.370.518,78			
Benefícios	4.430.580,12	8.314.804,51				
Aposentadorias		6.077.513,63	8.501.312,13			
Pensões por Morte	1.720.294,36	2.237.290,88	2.869.206,65			
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	49.598,85			
Compensação Financeira entre os Regimes		2.22	27.671,03			
Demais Despesas Previdenciárias	0,00 6.150.874	0,00 8.314.805	21.927,82			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)			11.420.118			
DECLII TADO DELVIDENCIÁDIO FUNDO EM CARITALIZAÇÃO (VI) = /IV VI			186.272.959			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	74.235.931	89.056.553	100.272.939			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	74.235.931	89.056.553 2022	2023			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR	2021	2022	2023			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR	2021 2021 128.439.778,00	2022 2022 137.461.000,00	2023 2023 189.174.200,00			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2021 2021 128.439.778,00	2022 2022 137.461.000,00	2023 2023 189.174.200,00			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	2021 2021 128.439.778,00	2022 2022 137.461.000,00	2023 2023 189.174.200,00			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	2021 2021 128.439.778,00	2022 2022 137.461.000,00	2023 2023 189.174.200,00			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS	2021 2021 128.439.778,00	2022 2022 137.461.000,00	2023 2023 189.174.200,00			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	2021 2021 128.439.778,00 2021	2022 2022 137.461.000,00 2022	2023 2023 189.174.200,00 2023			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021 2021 128.439.778,00 2021	2022 2022 137.461.000,00 2022	2023 2023 189.174.200,00 2023			

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")			R\$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO I		SERVIDORES - RI	PPS
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FI			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)	42.476.788,39	46.543.139,62	70.745.240,5
Receita de Contribuições dos Segurados	19.107.313,67	21.059.714,65	21.407.281,73
Ativo	16.438.582,23	17.811.823,88	17.626.083,4
Inativo	2.377.111,16	2.900.436,40	3.388.889,1
Pensionista	291.620,28	347.454,37	392.309,1
Receita de Contribuições Patronais	17.226.079,68	17.804.737,51	17.481.697,8
Ativo	17.226.079,68	17.804.737,51	17.481.697,8
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	117.345,93	199.481,02	538.320,2
Receitas Imobiliárias	51.794,94	46.460,00	49.941,2
Receitas de Valores Mobiliários	65.550,99	153.021,02	488.378,9
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	6.026.049,11	7.469.206,44	31.317.940,7
Compensação Financeira entre os Regimes	5.871.874,09	7.456.006,44	31.309.657,9
Demais Receitas Correntes	154.175,02	13.200,00	8.282,7
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	42.476.788,39	46.543.139,62	70.745.240,5
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2024	2022	2022
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	2021	2022	2023
Benefícios	168.505.077,17	194.513.623,79	221.849.114,9
Aposentadorias	145.500.719,46	167.542.833,71	191.307.926,4
Pensões por Morte	23.004.357,71	26.970.790,08	30.541.188,4
Outras Despesas Previdenciárias	22.916.090,69	686.408,46	2.000.138,9
Compensação Financeira entre os Regimes	389.162,82	271.247,92	624.355,2
Demais Despesas Previdenciárias	22.526.927,87	415.160,54	1.375.783,7
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)			
10 IAL DAG DEGI EGAG DO I GIRDO EM INEL ANTIGAO (A)	191.421.167,86	195.200.032,25	223.849.253,84
		195.200.032,25 (148.656.892,63)	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	(148.944.379,47)	(148.656.892,63)	(153.104.013,32
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(148.944.379,47)	(148.656.892,63)	(153.104.013,32
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	(148.944.379,47)	(148.656.892,63)	(153.104.013,32
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	(148.944.379,47)	(148.656.892,63)	(153.104.013,32
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva	(148.944.379,47)	(148.656.892,63)	(153.104.013,32
	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00	(153.104.013,32 2023 154.000.000,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2021	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,4
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2021 0,00 2.310.183,74 903.759,66	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94	(153.104.013,32 2023 154.000.000,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2021 0,00 2.310.183,74 903.759,66	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 - RPPS	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,4
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021 148.950.000,00 2021 0,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 - RPPS 2022	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,4 2.607.646,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes	2021 148.950.000,00 2021 0,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 7-RPPS 2022 13.485.415,44	2023 154.000.000,00 2023 2023 0,00 3.322.420,44 2.607.646,6 2023 15.416.098,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes	2021 148.950.000,00 2021 0,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 - RPPS 2022	2023 154.000.000,0 2023 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 ICIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00	2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 7 - RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44	2023 154.000.000,0 2023 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	2021 148.950.000,00 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00	(148.656.892,63) 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 7-RPPS 2022 13.485.415,44	2023 154.000.000,00 2023 2023 0,00 3.322.420,44 2.607.646,6 2023 15.416.098,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 ICIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00	2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 7 - RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44	2023 154.000.000,0 2023 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	2021 148.950.000,00 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 1- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2021 0,00 2.310.183,74 903.759,66 ICIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2021 7.456.457,13	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 1- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,44 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1 2.054.458,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2021 7.456.457,13 1.450.465,05	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3 - RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,44 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2.021 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 966,79 2.443.416,77 895.796,94 1- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21	2023 154.000.000,00 2023 0,00 3.322.420,44 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 7.570.000,00 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83	2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31	2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1 2.054.458,6 412.956,9 13.161.832,1
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XIII - XV)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2.021 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83 7.535.928,96 34.071,04	2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 2-485.415,44 13.485.415,44 13.485.415,44 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76	2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XIII - XV)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2.021 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83 7.535.928,96 34.071,04 2021 2021 2000,000 2.000	2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 1- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76	2023 154.000.000,0 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 15.416.98,0 15.416.98,0 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2.001 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83 7.535.928,96 34.071,04 2021 408.044,66	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68	2023 154.000.000,0 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1 2.254.265,9
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações	(148.944.379,47) 2021	2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 1- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 13.485.415,44 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68 2022 1.651.342,96 3.964.650,28	2023 154.000.000,0 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2.001 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83 7.535.928,96 34.071,04 2021 408.044,66	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3- RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68	2023 154.000.000,0 2023 0,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos FONTE: MARINGÁ PREVIDÊNCIA	(148.944.379,47) 2021	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3-RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68 2022 1.651.342,96 3.964.650,28 259.097,57	2023 154.000.000,0 2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6 414.692,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos FONTE: MARINGÁ PREVIDÊNCIA Nota: O Fundo Financeiro no exercício de 2023 apresentou um superávit financeiro de I	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 (CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2021 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83 7.535.928,96 34.071,04 2021 408.044,66 0,00 256.828,78	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3-RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68 2022 1.651.342,96 3.964.650,28 259.097,57	2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 15.446,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1: 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6 414.692,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos FONTE: MARINGÁ PREVIDÊNCIA Nota: O Fundo Financeiro no exercício de 2023 apresentou um superávit financeiro de IReceita (1)	(148.944.379,47) 2021	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3-RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68 2022 1.651.342,96 3.964.650,28 259.097,57	2023 154.000.000,0 2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6 414.692,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV) TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos FONTE: MARINGÁ PREVIDÊNCIA Nota: O Fundo Financeiro no exercício de 2023 apresentou um superávit financeiro de I Receita (1) Repasse Aporte Financeiro (II)	(148.944.379,47) 2021 148.950.000,00 2.310.183,74 903.759,66 (CIA DOS SERVIDORES 2021 7.570.000,00 7.570.000,00 2021 7.456.457,13 1.450.465,05 6.005.992,08 79.471,83 7.535.928,96 34.071,04 2021 408.044,66 0,00 256.828,78	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3-RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68 2022 1.651.342,96 3.964.650,28 259.097,57	2023 154.000.000,0 2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 2023 12.748.875,1 2.054.458,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6 414.692,6
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras Recursos para Formação de Reserva BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outro Bens e Direitos ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Receitas Correntes TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS Despesas Correntes (XIII) Pessoal e Encargos Sociais	(148.944.379,47) 2021	2022 148.600.000,00 2022 148.600.000,00 2022 966,79 2.443.416,77 895.796,94 3-RPPS 2022 13.485.415,44 13.485.415,44 2022 10.045.932,45 1.726.752,24 8.319.180,21 1.636.841,31 11.682.773,76 1.802.641,68 2022 1.651.342,96 3.964.650,28 259.097,57	2023 154.000.000,0 3.322.420,4 2.607.646,6 2023 15.416.098,0 15.416.098,0 15.446,6 10.694.416,5 412.956,9 13.161.832,1: 2.254.265,9 2023 518.352,0 8.830.367,6 414.692,6

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

				CALDO FINANCEIDO DO
EVEDOÍOIO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO	PREVIDENCIÁRIAS (a)	PREVIDENCIÁRIAS (b)	PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	(d)=(d Exerc.Ant.)+(c)
	(a)	(b)	(c)-(a-b)	(a) (a 2x5/5.7 and) (b)
2024	150.030.085,18	22.903.443,45	127.126.641,73	984.504.533,05
2025	155.427.801,14	28.709.855,82	126.717.945,32	1.111.222.478,38
2026	160.568.793,36	34.834.491,19	125.734.302,17	1.236.956.780,55
2027	165.802.781,74	40.572.120,89	125.230.660,85	1.362.187.441,40
2028	170.703.872,67	46.897.425,81	123.806.446,86	1.485.993.888,26
2029	175.099.736,27	54.330.605,55	120.769.130,72	1.606.763.018,99
2030	179.251.870,15	61.881.717,96	117.370.152,19	1.724.133.171,18
2031	182.636.792,00	70.753.638,57	111.883.153,43	1.836.016.324,61
2032	185.473.183,35	80.188.057,45	105.285.125,90	1.941.301.450,51
2033	187.949.877,48	89.289.336,78	98.660.540,70	2.039.961.991,21
2034	190.479.701,09	97.291.780,12	93.187.920,97	2.133.149.912,18
2035	192.325.431,87	106.139.765,93	86.185.665,94	2.219.335.578,12
2036	193.819.794,84	114.571.061,95	79.248.732,89	2.298.584.311,01
2037	194.173.925,76	124.443.603,32	69.730.322,44	2.368.314.633,45
2038	194.409.440,20	133.072.916,70	61.336.523,50	2.429.651.156,95
2039	193.551.368,53	143.455.325,84	50.096.042,69	2.479.747.199,64
2040	192.539.534,66	152.152.080,90	40.387.453,76	2.520.134.653,40
2041	190.157.041,51	163.062.047,87	27.094.993,64	2.547.229.647,04
2042	187.350.466,52	172.760.560,51	14.589.906,01	2.561.819.553,05
2043	183.564.514,89	182.832.193,87	732.321,02	2.562.551.874,07
2044	180.455.491,86	188.526.300,55	(8.070.808,69)	2.554.481.065,38
2045	4.376.676,35	195.451.092,67	(19.134.617,08)	2.535.346.448,30
2046	171.361.720,64	202.669.060,25	(31.307.339,61)	2.504.039.108,69
2047	166.106.839,43	208.207.230,57	(42.100.391,14)	2.461.938.717,54
2048	160.344.147,62	213.434.232,35	(53.090.084,73)	2.408.848.632,81
2049	154.525.835,92	216.653.595,71	(62.127.759,79)	2.346.720.873,02
2050	148.882.963,37	217.564.671,14	(68.681.707,77)	2.278.039.165,26
2051	142.926.136,32	217.944.481,08	(75.018.344,76)	2.203.020.820,49
2052	136.813.168,09	217.472.719,70	(80.659.551,61)	2.122.361.268,88
2053	130.467.632,83	216.421.653,35	(85.954.020,52)	2.036.407.248,36
2054	124.335.909,89	213.653.740,82	(89.317.830,93)	1.947.089.417,43
2055	118.405.056,81	209.390.794,56	(90.985.737,75)	1.856.103.679,68
2056	112.603.386,56	204.188.487,79	(91.585.101,23)	1.764.518.578,45
2057	106.593.233,81	199.164.696,92	(92.571.463,11)	1.671.947.115,34
2058	100.806.255,65	193.080.241,82	(92.273.986,17)	1.579.673.129,17
2059	94.928.046,48	187.010.586,23	(92.082.539,75)	1.487.590.589,42
2060	89.482.257,07	179.531.475,73	(90.049.218,66)	1.397.541.370,76
2061	84.191.083,62	171.694.981,04	(87.503.897,42)	1.310.037.473,34
2062	79.075.032,10	163.568.496,00	(84.493.463,90)	1.225.544.009,44
2063	74.105.897,86	155.316.638,35	(81.210.740,49)	1.144.333.268,94
2064	69.312.858,90	146.936.341,91	(77.623.483,01)	1.066.709.785,93
2065	64.708.615,21	138.473.830,64 129.981.001,41	(73.765.215,43)	992.944.570,51
2066	60.304.224,93	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(69.676.776,48) (65.382.453,15)	923.267.794,03
2067	892.812,64	121.496.709,65	[(00.382.403,15)	857.885.340,87

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d Exerc.Ant.)+(c)
	(a)	(6)	(C)-(a-b)	(=) (= =::::::::::::::::::::::::::::::::
2068	52.152.311,48	113.063.926,38	(60.911.614,90)	796.973.725,97
2069	48.430.588,57	104.727.458,12	(56.296.869,55)	740.676.856,42
2070	44.959.585,52	96.531.818,91	(51.572.233,39)	689.104.623,04
2071	41.748.075,59	88.522.102,31	(46.774.026,72)	642.330.596,32
2072	38.802.571,55	80.739.282,35	(41.936.710,80)	600.393.885,51
2073	36.127.649,39	73.222.266,13	(37.094.616,74)	563.299.268,77
2074	33.725.835,85	66.007.286,11	(32.281.450,26)	531.017.818,51
2075	31.597.646,98	59.126.866,38	(27.529.219,40)	503.488.599,11
2076	29.741.848,31	52.611.734,49	(22.869.886,18)	480.618.712,94
2077	28.155.227,66	46.488.018,29	(18.332.790,63)	462.285.922,31
2078	26.832.735,69	40.777.362,02	(13.944.626,33)	448.341.295,98
2079	25.767.546,00	35.494.343,46	(9.726.797,46)	438.614.498,52
2080	24.951.272,52	30.647.201,14	(5.695.928,62)	432.918.569,90
2081	24.374.400,13	26.239.528,97	(1.865.128,84)	431.053.441,06
2082	24.026.311,44	22.268.654,53	1.757.656,91	432.811.097,96
2083	23.895.476,29	18.724.583,98	5.170.892,31	437.981.990,28
2084	23.969.934,01	15.592.689,34	8.377.244,67	446.359.234,95
2085	24.237.512,36	12.852.540,48	11.384.971,88	457.744.206,83
2086	24.686.247,36	10.480.130,58	14.206.116,78	471.950.323,61
2087	25.304.560,17	8.447.990,18	16.856.569,99	488.806.893,60
2088	26.081.577,23	6.726.425,95	19.355.151,28	508.162.044,88
2089	27.007.389,99	5.285.028,51	21.722.361,48	529.884.406,36
2090	28.073.222,02	4.093.959,20	23.979.262,82	553.863.669,18
2091	29.271.405,26	3.123.361,07	26.148.044,19	580.011.713,37
2092	30.595.475,18	2.343.818,09	28.251.657,09	608.263.370,47
2093	32.040.237,85	1.727.147,17	30.313.090,68	638.576.461,15
2094	33.601.836,80	1.247.270,66	32.354.566,14	670.931.027,29
2095	35.277.738,90	880.591,23	34.397.147,67	705.328.174,96
2096	37.066.667,49	606.091,79	36.460.575,70	741.788.750,65
2097	38.968.543,30	405.418,79	38.563.124,51	780.351.875,16
2098	40.984.383,62	262.432,78	40.721.950,84	821.073.826,00
2099	43.116.273,07	163.496,26	42.952.776,81	864.026.602,81

FONTE: MARINGÁ PREVIDÊNCIA

Nota: Projeção atuarial Data Base 31/12/2023- Ano Base 2024

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

^{1.} A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do RPPS;

^{2.} A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições da Prefeitura, ativos e inativos, descontada a taxa de administração, recebimento dos parcelamentos, compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;

^{3.} A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - FUNDO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d Exerc.Ant.)+(c)
2024	38.211.904,42	254.159.845,87	(215.947.941,45)	0
2025	35.644.280,82	261.117.858,85	(225.473.578,03)	0
2026	33.244.169,23	267.088.625,44	(233.844.456,21)	0
2027	30.814.534,65	272.396.372,14	(241.581.837,49)	0
2028	28.602.151,10	276.410.710,05	(247.808.558,95)	0
2029	26.678.799,63	277.923.651,31	(251.244.851,68)	0
2030	24.872.736,96	278.324.507,28	(253.451.770,32)	0
2031	23.174.690,30	277.850.159,13	(254.675.468,83)	0
2032	21.569.667,96	276.187.697,07	(254.618.029,11)	0
2033	19.730.392,37	275.263.685,07	(255.533.292,70)	0
2034	18.202.421,81	272.018.513,58	(253.816.091,77)	0
2035	17.051.479,59	266.472.740,70	(249.421.261,11)	
2036	16.079.060,34	259.529.613,22	(243.450.552,88)	О
2037	15.145.624,75	252.095.018,39	(236.949.393,64)	0
2038	14.259.973,97	244.032.025,02	(229.772.051,05)	О
2039	13.428.328,78	235.411.343,94	(221.983.015,16)	0
2040	12.710.251,99	226.085.090,15	(213.374.838,16)	0
2041	12.056.883,21	216.247.872,61	(204.190.989,40)	0
2042	11.461.076,36	206.014.990,29	(194.553.913,93)	
2043	10.870.812,13	195.667.658,11	(184.796.845,98)	
2044	10.287.572,52	185.248.364,85	(174.960.792,33)	
2045	9.712.235,09	174.798.787,42	(165.086.552,33)	
2046	9.145.478,71	164.361.830,73	(155.216.352,02)	
2047	8.588.132,18	153.978.607,69	(145.390.475,51)	
2048	8.040.775,75	143.691.489,16	(135.650.713,41)	
2049	7.503.922,99	133.542.906,56	(126.038.983,57)	
2050	6.978.736,02	123.575.602,57	(116.596.866,55)	
2051	6.466.692,10	113.835.718,79	(107.369.026,69)	
2052	5.968.978,65	104.366.558,11	(98.397.579,46)	
2053	5.486.915,75	95.211.696,01	(89.724.780,26)	
2054	5.021.786,57	86.410.476,94	(81.388.690,37)	
2055	4.574.467,29	77.996.922,32	(73.422.455,03)	
2056	4.145.783,69	70.001.262,40	(65.855.478,71)	
2057	3.736.828,11	62.449.455,42	(58.712.627,31)	
2058	3.348.683,97	55.363.706,29	(52.015.022,32)	
2059	2.982.301,36	48.760.799,45	(45.778.498,09)	
2060	2.638.686,23	42.653.929,12	(40.015.242,89)	
2061	2.318.172,52	37.044.332,40	(34.726.159,88)	
2062	2.021.313,26	31.930.141,55	(29.908.828,29)	0
2063	1.748.255,09	27.302.116,18	(25.553.861,09)	
2064	1.499.034,76	23.148.364,12	(21.649.329,36)	
2065	1.273.614,26	19.453.156,99	(18.179.542,73)	
2066	1.071.761,01	16.197.025,28	(15.125.264,27)	
2067	892.812,64	13.356.369,01	(12.463.556,37)	
2068	735.875,59	10.904.475,65	(10.168.600,06)	0

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1.00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - FUNDO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 796973726
2069	599.609,28	8.810.739,81	(8.211.130,53)	-
2070	482.484,53	7.041.448,06	(6.558.963,53)	-
2071	382.875,73	5.562.082,94	(5.179.207,21)	-
2072	299.163,73	4.338.596,79	(4.039.433,06)	-
2073	229.771,52	3.338.538,35	(3.108.766,83)	-
2074	173.101,06	2.531.105,48	(2.358.004,42)	-
2075	127.600,46	1.887.941,46	(1.760.341,00)	-
2076	91.727,91	1.382.671,64	(1.290.943,73)	-
2077	64.035,85	991.889,05	(927.853,20)	-
2078	43.204,24	695.428,09	(652.223,85)	-
2079	27.999,13	475.662,40	(447.663,27)	-
2080	17.291,40	317.204,56	(299.913,16)	-
2081	10.094,59	206.767,13	(196.672,54)	-
2082	5.520,89	132.747,87	(127.226,98)	-
2083	2.795,72	85.252,23	(82.456,51)	-
2084	1.293,66	56.180,69	(54.887,03)	-
2085	535,16	39.051,26	(38.516,10)	-
2086	188,40	29.078,62	(28.890,22)	-
2087	52,29	22.991,16	(22.938,87)	-
2088	10,56	18.831,72	(18.821,16)	-
2089	1,39	15.538,44	(15.537,05)	-
2090	0,08	12.688,37	(12.688,29)	-
2091	0,00	10.167,93	(10.167,93)	-
2092	0,00	7.955,46	(7.955,46)	-
2093	0,00	6.045,26	(6.045,26)	-
2094	0,00	4.430,47	(4.430,47)	-
2095	0,00	3.100,40	(3.100,40)	-
2096	0,00	2.040,67	(2.040,67)	-
2097	0,00	1.235,72	(1.235,72)	-
2098	0,00	666,45	(666,45)	-
2099	0,00	303,68	(303,68)	-

FONTE: MARINGÁ PREVIDÊNCIA

Nota: Projeção atuarial Data Base 31/12/2023- Ano Base 2024

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

- 1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo Financeiro;
- 2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições da Prefeitura, ativos e inativos, descontada a taxa de administração, recebimento dos parcelamentos, compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
- ${\it 3. A Coluna Despesas Previdenci\'arias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios.}\\$
- 4. A Coluna Resultado em negativo representa o valor estimado que a Prefeitura deverá aportar anualmente para complementar as contribuições normais e honrar com a folha do Fundo Financeiro.

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

CFIGIGE	1000	Ciay Ciasina a swan a Coad sa a canonia	RENÚNCIA	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	PREVISTA	O NOTIFICATION OF STATE OF STA
INIBOLO	MODALIDADE	SELONES/TROGRAMMAS/BENETICIANIO	2025	2026	2027	
1. IPTU	1. Isenção	Isenção de IPTU (imóvel de aposentado)	600.361	630.379	661.898	
1. IPTU	1. Isenção	Isenção de IPTU (imóvel de pensionista)	142.143	149.251	156.713	
1. IPTU	1. Isenção	Isenção de IPTU (imóvel de pessoas com 65 anos ou mais)	854	897	942	
1. IPTU	1. Isenção	Isenção de IPTU (imóvel de portador de deficiência)	3.729	3.916	4.112	
1. IPTU	1. Isenção	Áreas de Preservação (Área Verde): Art. 9,1092/2019.	1.326.770	1.393.108	1.462.763	
1. IPTU	1. Isenção	Central de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA: LCM nº 791/2010.	32.955	34.602	36.333	
1. IPTU	1. Isenção	Empresas enquadradas no PRODEM: Art. 4°, da LCM nº 1092/2017; e Lei Municipal nº 6.936/2005.	3.598.346	3.778.263	3.967.176	
1. IPTU	1. Isenção	Imóvel oriundo de programas sociais de habitação implementados pelo Município, independentemente da localização, cuja área de edificação não ultrapassar 60m². Art. 7º, LCM nº 1.380/2023.	24.429	25.650	26.933	
1. IPTU	1. Isenção	Imóveis ocupados a qualquer título por templos de qualquer culto: Lei Complementar Municipal nº 540/2006.	155.869	163.662	171.845	
1. IPTU	1. Isenção	Imóveis enquadrados no Programa IPTU Verde: Arts. 5º e 6º da Lei Municipal nº 9.860/2014 e 11.746/2023	1.326.770	1.393.108	1.462.763	Cobrança efetiva dos créditos
1. IPTU	1. Isenção	Imóveis localizados no Loteamento Residencial Tarumã∶ LCM nº 634/2006.	2.571	2.699	2.834	
1. IPTU	1. Isenção	O contribuinte cuja soma dos lançamentos de IPTU e taxas e/ou contribuições contidas no camê for inferior ou igual ao valor de R\$ 59,99: Art. 18 da LCM nº 1.106/2017.	1.373	1.442	1.514	
1. IPTU	1. Isenção	Imóveis tombados pelo Município, Estado ou União: Art. 4º, V; LCM nº 1380/2023; e Art. 14, II; e Art. 20; da LCM nº 904/2011.	129.240	135.702	142.487	
1. IPTU	1. Isenção	Imóveis integrantes do Programa Minha Casa Minha Vida: Art. 1º, b , LCM nº 764/2009.	3.508	3.684	3.868	
1. IPTU	1. Isenção	Redução de IPTU (imóvel de loteamento urbano/condomínio - 1º ano, 50%) - Art. 8º. LCM 1380/2023	292.085	306.689	322.023	
1. IPTU	1. Isenção	Redução de IPTU (imóvel de loteamento urbano/condomínio - 2º ano, 40%) - Art. 8º. LCM 1380/2023	98.711	103.647	108.829	
1. IPTU	1. Isenção	Redução de IPTU (imóvel de loteamento urbano/condomínio - 3º ano, 30%) - Art. 8º. LCM 1380/2023	54.673	57.406	60.277	
1. IPTU	1. Isenção	Redução de IPTU (imóvel de loteamento urbano/condomínio - 4º ano, 20%) - Art. 8º. LCM 1380/2023	393.839	413.531	434.208	
1. IPTU	1. Isenção	Redução de IPTU (imóvel de loteamento urbano/condomínio - 5º ano, 10%) - Art. 8º. LCM 1380/2023	37.227	39.088	41.043	

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

OTHRIGH	ם עטון עטטא	CITOBES/BBOCEDAMAS/BENIEFICIÁBIO	RENÚNCIA	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	REVISTA	
			2025	2026	2027	
1. IPTU	1. Isenção	Isenção ZEIS - LC 1162/2012 e 764/2019	82.143	86.250	90.563	Cobrança efetiva dos créditos
1. IPTU	2. Remissão	Proprietários de imóveis em situação de incapacidade contributiva: Art. 24,LCM nº 1380/2023.	22.720	23.856	25.048	vencidos. Reposição da inflação.
1. IPTU	2. Remissão	Remissão de até R\$ 10,00 por parcela paga, para valores recebidos a menor pela rede bancária conveniada: Art. 1°, caput, da Lei Municipal nº 7.477/2007.	20	21	22	Lançamento menor que custo.
1. IPTU	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021 − LC nº. 564/2005.	1.465.378	1.538.647	1.615.579	Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.
1. IPTU	6. Desconto Concedido	Desconto pgto. a vista: Art. 16 da LCM nº 1.106/2017.	16.689.498	17.523.973	18.400.172	Redução de Inadimplência.
1. IPTU	6. Desconto Concedido	Imóveis enquadrados no Programa IPTU Verde	1.317.166	1.383.024	1.452.175	Reposição da inflação.
1. IPTU	999. Outros Benefícios	Empreendimentos imobiliários integrantes do Programa de Arrendamento Residencial – PAR: Art. 1º, II; e Art. 2º LCM nº 596/2005.	50.084	52.589	55.218	
1. IPTU	999. Outros Benefícios	Ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial ou suas viúvas: Art. 4º, III; LCM nº 1092/2017.	1.903	1.998	2.098	Reposição da inflação.
1. IPTU	999. Outros Benefícios	Imóveis objetos de convênio entre o Município de Maringá e a COHAPAR: Arts. 5º, da Lei Complementar Municípal nº 1092/2017.	60.071	63.074	66.228	
2. ITBI	1. Isenção	Empresas enquadradas no PRODEM: Art. 2°, III, da Lei Municipal n° 6.936/2005.	6.006.532	6.306.858	6.622.201	ochrane och evitation
2. ІТВІ	1. Isenção	Empreendimentos imobiliários integrantes do Programa de Arrendamento Residencial – PAR: Art. 1°, 1; e Art. 2°; ambos da Lei Complementar Municipal n° 596/2005.	55.125	57.881	60.775	60.775 vencidos. Reposição da inflação.
2. ITBI	2. Remissão	Remissão de até R\$ 10,00 por parcela paga, para valores recebidos a menor pela rede bancária conveniada: Art. 1º, caput, da Lei Municipal nº 7.477/2007.	481	502	530	Lançamento menor que custo.
2. ITBI	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021 – LC nº. 564/2005.	60.178	63.187	66.346	Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.
2. ITBI	6. Desconto Concedido	Desconto Auto de Infração (ITBI)	1.085	1.139	1.196	Redução de Inadimplência.
2. ITBI	999. Outros Benefícios	Transmissão dos bens ao cônjuge, decorrente do regime de bens do casamento: Art. 10 II; Lei Complementar Municipal nº 1092/2017.	60.071	63.074	66.228	
2. ITBI	999. Outros Benefícios	Imóveis integrantes do Programa Minha Casa Minha Vida: Art. 1º, a, da Lei Complementar Municipal nº 764/2009.	55.125	57.881	60.775	Reposição da inflação.
2. ITBI	999. Outros Benefícios	Imóveis tombados pelo Município, Estado ou União: Art. 14, III, da LCM nº 904/2011.	55.125	57.881	60.775	

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

C E			RENÚNCIA	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	REVISTA	
ואופטוס	INCUALIDADE	SEI ORES/TROGRAMAS/BENEFICIARIO	2025	2026	2027	COMPENSAÇÃO
3. ISS	1. Isenção	Autônomo Motorista de Táxi Titular: art. 13, II E art. 30-C; LCM 1380/2023	50.557	53.085	55.739	
3. ISS	1. Isenção	Serviços prestados por profissionais autônomos não estabelecidos: Art. 11, VI; LCM nº 1380/2023	6.047.552	6.349.930	6.667.426	
3. ISS	1. Isenção	Execução de obras de construção civil e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares, no tocante à execução de obras nos pólos industriais criados pelo Município de Maringá: Art. 11 LCM nº 1380/2023.	6.890	7.235	7.597	Cobrança efetiva dos créditos vencidos. Reposição da inflação.
3. ISS	2. Remissão	Pessoas físicas em situação de incapacidade contributiva: Art. 25 LCM nº 1380/2023;	7.592	7.971	8.370	
3. ISS	2. Remissão	Remissão de até R\$ 10,00 por parcela paga, para valores recebidos a menor pela rede bancária conveniada: Art. 1°, caput, da Lei Municipal nº 7.477/2007.	1.103	1.158	1.216	Lançamento menor que custo.
3. ISS	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021 – LC nº. 564/2005	386.815	406.156	426.464	Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.
3. ISS	6. Desconto Concedido	Desconto pgto. a vista: Art. 17 da LC nº 970/2013.	71.314	74.879	78.623	Redução de Inadimplência.
3. ISS	999. Outros Benefícios	Construção, atualização, regularização, acréscimo e reforma: Art. 11 LCM nº 1380/2023.	385.875	405.169	425.427	
3. ISS	999. Outros Benefícios	Construções, reformas e acréscimos executados em sistema de mutirão comunitário: Art. 11 LCM nº 1380/2023.	11.025	11.576	12.155	
3. ISS	999. Outros Benefícios	Imóveis integrantes do Programa Minha Casa Minha Vída: Art. 1º, c, LCM nº 764/2009.	78.278	82.191	86.301	Reposição da inflação.
3. ISS	999. Outros Benefícios	Empresas enquadradas no PRODEM: Art. 2°, II, e parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.936/2005.	9.152.655	9.610.288	10.090.802	
3. ISS	999. Outros Benefícios	Programa ISS Tecnológico: Art. 7º da LC nº 975/2013.	2.205.000	2.315.250	2.431.013	
4. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021 – LC nº. 564/2005.	601.322	631.388	662.958	Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.
4. CONTRIBUIÇÃO 6. Desconto DE MELHORIA Concedido	6. Desconto Concedido	Pagamento de parcela ou quitação total do débito, até o vencimento: Art. 5º LCM nº 549/2004.	195.719	205.505	215.780	Redução de Inadimplência.
5. TAXAS	1. Isenção	Entidades de assistência social: Arts.20, LCM nº 1380/2023.	121.115	127.170	133.529	
5. TAXAS	1. Isenção	. Culturais, Recreativas e Desportivas; de Classe, e Confed.; Religiosas e Beneficentes:: art. 13, III, IV E § 1º 380/2023 e art. 150 CF 88.	3.233	3.394	3.564	
5. TAXAS	1. Isenção	Bancas de feira livre, feira do produtor e outras similares: Arts. 13 LCM nº 1380/2023.	37.131	38.988	40.937	Cobrança efetiva dos créditos vencidos. Reposição da inflação.
5. TAXAS	1. Isenção	Central de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA: LCM nº 791/2010.	12.348	12.965	13.614	
5. TAXAS	1. Isenção	c/ ca nº 13	21.356	22.423	23.545	
5. TAXAS	1. Isenção	Empresas enquadradas no PRODEM: Art. 4º, da LCM nº 1380/2023; e Lei Municipal nº 6.936/2005.	6.611	6.941	7.288	

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

G	1400	Ciakicittintalakunkaaooaalataactta	RENÚNCIA	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	REVISTA	
	MODALIDADE		2025	2026	2027	COMPENSAÇÃO
TAXAS	1. Isenção	Entes públicos ou de utilidade pública: Arts. 21, 25, 30-A e 30-C, LCM nº 1380/2023.	44.068	46.272	48.585	
TAXAS	1. Isenção	Imóvel oriundo de programas sociais de habitação implementados pelo Município, independentemente da localização, cuja área de edificação não ultrapassar 60m². Art. 7º; LCM nº 1380/2023.	1.252	1.315	1.381	
TAXAS	1. Isenção	Templos de qualquer culto: Arts. 21; LCM nº 1380/2023.	628.553	659.980	692.979	
TAXAS	1. Isenção	Imóveis Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Instituições sem Fins Lucrativos de Educação.	571	009	630	
5. TAXAS	1. Isenção	Imóveis tombados pelo Município, Estado ou União: Art. 4°, V; LCM nº 1380/2023; e Art. 14, II; e Art. 20; da LCM nº 904/2011.	500.325	525.341	551.609	
TAXAS	1. Isenção	Isenção de ISS Construção Civil.	184	193	203	
TAXAS	1. Isenção	Áreas de Preservação (Área Verde): Art. 9 Lei 1380/2023.	1.904	1.999	2.099	Cobrança efetiva dos créditos
TAXAS	1. Isenção	Imóveis enquadrados no Programa IPTU Verde: Arts. 5º e 6º da Lei Municipal ηº 9.860/2014.	1.736	1.823	1.914	vencidos. Reposição da inflação.
TAXAS	1. Isenção	Imóveis localizados no Loteamento Residencial Tarumã: LCM nº 634/2006.	885	929	926	
TAXAS	1. Isenção	O contribuinte cuja soma dos lançamentos de IPTU e taxas e/ou contribuições contidas no carnê for inferior ou igual ao valor de R\$ 59,99: Art. 18 da LCM nº 1.106/2017.	3.985	4.185	4.394	
TAXAS	1. Isenção	Microempreendedor Individual – MEI: Art. 5°, da Lei Complementar Municipal ηº 787/2009.	1.461.569	1.534.647	1.611.380	
TAXAS	1. Isenção	Os imóveis que preencham: cumulativamente as condições das alíneas "a", "b", "c" e "d" ou isoladamente quaisquer das condições das alíneas "e", todas do Art. 14; LCM nº 1380/2023.	12.128	12.734	13.371	
TAXAS	1. Isenção	Construção, atualização, regularização, acréscimo e reforma: Art. 10, VI LCM nº 1380/2023.	49.613	52.093	54.698	
TAXAS	2. Remissão	Proprietários de imóveis em situação de incapacidade contributiva: Arts. 24, da Lei Complementar Municipal nº 1380/2023.	3.030	3.182	3.341	
TAXAS	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021.	136.750	143.588	150.767	Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.
TAXAS	6. Desconto Concedido	Desconto de pgto à Vista - LC 850/2010 MULTA NÃO CONS. DE IMOV.	31	32	34	Dedición de l'astimatència
TAXAS	6. Desconto Concedido	Desconto pgto. à vista: Arts. 13 e 18 da LCM nº 970/2013.	3.254.039	3.416.741	3.587.578	Nedayao de madimpiencia.

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

			RENIÍNCIA	BENI'INCIA DE RECEITA PREVISTA	REVISTA	
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	2025	2026	2027	COMPENSAÇÃO
5. TAXAS	999. Outros Benefícios	Imóveis objeto de convênio entre o Município de Maringá e a COHAPAR: Art. 14, LCM nº 1380/2023.	10.537	11.063	11.617	Reposição da inflação.
5. TAXAS	999. Outros Benefícios	Terminais Aéreos de Maringá - LO 4987/1999.	4.551	4.779	5.018	Redução da Inadimplência.
7. CCSIP	1. Isenção	Aposentados, pensionistas, pessoas com 65 anos ou mais, ou pessoas com deficiência: Arts. 6°, LCM nº 1380/2023.	182	191	201	
7. CCSIP	1. Isenção	Áreas de Preservação (Área Verde): Art. 9 Lei 1380/2023.	629	671	202	Cobrança efetiva dos créditos vencidos. Reposição da inflação.
7. CCSIP	1. Isenção	Imóveis ocupados a qualquer título por templos de qualquer culto: Lei Complementar Municipal nº 540/2006.	245	257	270	,
7. CCSIP	1. Isenção	Imóveis localizados no Loteamento Residencial Tarumã: LCM nº 634/2006.	222	233	245	
7. CCSIP	1. Isenção	Imóveis tombados pelo Município, Estado ou União: Art. 4º, V; LCM nº 1380/2023; e Art. 14, II; e Art. 20; da LCM nº 904/2011.	25.746	27.034	28.385	
7. CCSIP	1. Isenção	O contribuinte cuja soma dos lançamentos de IPTU e taxas e/ou contribuições contidas no camê for inferior ou igual ao valor de R\$ 59,99; Art. 18 da LCM nº 1.106/2017.	1.813	1.904	1.999	verciuos. Repusição da initação.
7. CCSIP	2. Remissão	Remissão de até R\$ 10,00 por parcela paga, para valores recebidos a menor pela rede bancária conveniada: Art. 1º, caput, da Lei Municipal nº 7.477/2007.	162	171	179	Lançamento menor que custo.
7. CCSIP	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021	16.434	17.256	18.119	Plano de Promoção do
NÃO TRIBUTÁRIO	4. Anistia	Lei de Recuperação Fiscal 2019/2021	118	124	131	Equilíbrio Fiscal.
NÃO TRIBUTÁRIO	2. Remissão	Redução de 40% no pagamento do valor da multa devida pelo consumo de bebidas alcóolicas em logradouros públicos do Município: Lei Municipal nº 11.109/2022, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 126/2022	12.050	12.653	13.285	
NÃO TRIBUTÁRIO	6. Desconto Concedido	Redução de 30%, 50%, para pagamento a vista, do valor de multas decorrentes de infrações às obrigações de fazer ou não fazer: Art. 41, § 1° e 2°, da LCM 413/2001; e Art. 213 da LCM nº 677/2007.	72.311	75.926	79.723	Redução de Inadimplência.
NÃO TRIBUTÁRIO	6. Desconto Concedido	Redução de 50% do valor da multa devida pela má conservação de terrenos: Art. 16 da LCM nº 850/2010.	110.250	115.763	121.551	
NÃO TRIBUTÁRIO	6. Desconto Concedido	Desconto Pagamento de Alienação - L.O. Nº 9529/2013; Desconto por Liquidação Antecipada de Alienação de Bens e Cesta Básica	132.300	138.915	145.861	
NÃO TRIBUTÁRIO	999. Outros Benefícios	Remissão de até R\$ 10,00 por parcela paga, para valores recebidos a menor pela rede bancária conveniada: Art. 1°, caput, da Lei Municipal nº 7.477/2007.	551	579	809	Lançamento menor que custo.
IMPOSTO DE RENDA	1. Isenção	Aposentados e pensionistas, portadores de doença grave: Art. 6º, XIV da Lei Federal nº 7.713/1988.	2.480.970	2.605.019	2.735.270	Compensações consideradas nas estimativas da Lei Orçamentária Anual.
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1. Isenção	Isenção até o dobro do limite estabelecido para benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS para aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante: Art. 61 - E da LCM nº 749/2008.	234.933	246.679	259.013	Compensações consideradas nas estimativas da Lei Orçamentária Anual.
		TOTAL	62.816.286	65.957.095	69.254.957	,

FONTE: Diretoria Tributária

NOTA: O valor actima especificado já vem sendo desconsiderado na previsão de arrecadação das receitas, desde a aprovação e aplicação das respectivas leis, portanto, não afetam as metas de resultados fiscais previstas.

A projeção dos valores relativos a renúncias de receitas para os próximos exercícios foi calculada com base nos valores efetivados no exercício arterior mais o IPCA-15 (5%), de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 463/2003.

A nextro de producidado de la complementar de la compleme

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	129.553.039,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	11.113.027,71
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	118.440.011,29
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	118.440.011,29
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	35.532.003,00
Novas DOCC	31.978.803,00
(ampliação e criação de novas ações, manutenção de novos equipamentos e espaços públicos entre outras)	
Novas DOCC geradas por PPP	3.553.200,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	
(adicional por tempo de serviço, progressão funcional, reajuste salarial, reajustes contratuais entre outras)	82.908.008,29

FONTE: Quadro memória de cálculo receita consolidada LDO Diretoria de Orçamento

Nota: O aumento permanente da receita foi calculado sobre a receita corrente.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2025

ARF (LRF, art 4°, § 3°)

R\$ 1.00

ARF (LRF, art 4°, § 3°)		Ā.,	R\$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTE	S	PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	149.755.172,99	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência, desembolso extraorçamentário relativo ao fundo de reserva depositado em juízo e abertura de créditos adicionais.	149.755.172,99
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas	1.576.000,00	Constituição de garantia prevista no Capitulo IX da Lei Complementar 1.142/2019 - fundo de fiança para microempresas e empresas de pequeno porte. Será consignada no orçamento dotação suficiente para cobrir esse passivo contingente.	1.576.000,00
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	151.331.172,99	SUBTOTAL	151.331.172,99

DEMAIS RISCOS FISCAIS PAS	SIVOS	PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de arrecadação	4.000.000,00	Limitação de empenho	4.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	1.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	1.000.000,00
Discrepância de Projeções:	9.000.000,00		9.000.000,00
Despesas de juros e amortizações da dívida interna ou externa fixadas a menor	5.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência para emprestímos e financiamentos. Para amortização dos depósitos judiciais será mantido saldo de superávit mínimo de R\$ 20.000.000,00 para abertura de créditos suplementares.	5.000.000,00
Contrapartidas de convênios não previstas	4.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	4.000.000,00
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	14.000.000,00	SUBTOTAL	14.000.000,00
TOTAL	165.331.172,99	TOTAL	165.331.172,99

FONTE: Procuradoria Geral e Secretaria Municipal de Fazenda

CÓD.	cóp.	DESCRICÃO DO PROJETO NA LOA 2024	OFFICIENCE	UNIDADE DE	META FÍSICA		VALOR EM R\$		SALDO A EXECITAR
rpo	LOA			MEDIDA	PREVISTA	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	VALOR R\$
0001.02	1.301	Ampliação e/ou reforma do prédio da Câmara Municipal	Prédio ampliado e/ou reformado	Unidade	1	20.447.278,00	20.447.278,00	74.500,00	20.372.778,00
0002.12	1.005	Melhorias em prédios públicos	Prédio melhorado	Unidade	1	13.000,00	1.113.000,00	00'0	1.113.000,00
0002.14	1.302	Reforma nos imóveis da MARINGÁ PREVIDÊNCIA	Imóvel reformado	Unidade	-	204.000,00	704.000,00	00'0	704.000,00
0002.21	5.039	Construção da sede da Secretaria Municipal de Educação	Sede construída	Unidade	-	1.104.000,00	1.104.000,00	00'0	1.104.000,00
0003.02	1.059	Construção de salões comunitários	Salão comunitário construído	Unidade	1	11.000,00	67.780,00	00'0	67.780,00
0003.05	1.121	Reforma do prédio do PROCON	Prédio reformado	Unidade	L	757.000,00	757.000,00	00'0	757.000,00
0004.07	1.030	Ampliação e/ou reforma em equipamentos culturais	Equipamento cultural ampliado e/ou reformado	Unidade	5	192.216,00	192.216,00	00'0	192.216,00
0004.10	1.117	Implantação de espaços de incentivo à cultura	Espaço cultural implantado	Unidade	1	9.001.000,00	9.001.000,00	00'0	9.001.000,00
70.9000	1.122	Implantação de hortas e viveiros comunitários	Horta e viveiro comunitário implantados	Unidade	2	6.000,00	0.000,000	00'0	6.000,00
80'9000	1.124	Construção do Empório da Agricultura Familiar	Empório construído	Unidade	l	157.995,00	157.995,00	00'0	157.995,00
0006.10	1.047	Infraestrutura e/ou reforma para parques, áreas e barracões industriais	Parque/área/barrac ão industrial	Unidade	2	5.983.000,00	12.148.680,00	00'0	12.148.680,00
0006.13	1.048	Infraestrutura turística	Ponto turístico	Unidade	2	302.833,00	11.644.901,02	0,00	11.644.901,02
0006.15	1.126	Construção do Centro de Eventos Oscar Niemeyer	Centro construído	Unidade	1	32.665.167,00	64.788.323,19	00'0	64.788.323,19
0008.02	1.401	Melhorias nas instalações do aeroporto	Melhoria realizada	Unidade	4	1.297.431,00	0,00	0,00	00'0
0008.03	1.103	Melhorias nas instalações do aeroporto - PMM	Melhoria realizada	Unidade	~	5.199.393,00	5.199.393,00	00'0	5.199.393,00
0008.04	1.083	Participação em constituição ou aumento de capital para o aeroporto	Capital constituido	Unidade	7-	1.000,00	1.000,00	00'0	1.000,00

٥	5	
`	Ú	
_	5	

cóp.	cóp.		CHA	UNIDADE DE	META FÍSICA		VALOR EM R\$		SALDO A
LDO	LOA	DESCRIÇÃO DO PROJETO NA LOA 2024	PRODUIO	MEDIDA	PREVISTA	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	EXECUIAK VALOR R\$
0009.03	1.084	Reforma de unidades habitacionais	Unidade habitacional reformada	Unidade	2	83.000,00	77.009,15	0,00	77.009,15
0009.04	1.021	Construção de unidades habitacionais	Unidade habitacional construída	Unidade	250	3.276.500,00	12.733.003,50	6.410,12	12.726.593,38
90.6000	1.070	Infraestrutura em áreas habitacionais	Área	m²	069	35.000,00	35.000,00	00'0	35.000,00
0010.06	1.060	Melhorias em praças	Praça melhorada	Unidade	1	2.301.600,00	2.298.600,00	00'0	2.298.600,00
0010.11	1.092	Melhorias no cemitério municipal	Cemitério melhorado	Unidade	1	11.000,00	11.000,00	0,00	11.000,00
0010.19	1306	Implantação de Ecopontos	Ecoponto implantado	Unidade	2	284.000,00	2.814.996,00	2.531.323,38	283.672,62
0011.07	1.305	Melhorias em parques, bosques e áreas verdes públicas	Espaço melhorado	Unidade	2	605.000,00	2.680.000,00	1.715.567,27	964.432,73
0011.09	1.304	Melhorias em fundos de vale	Fundo de vale melhorado	Unidade	7	144.000,00	944.000,00	675.197,46	268.802,54
0011.12	1307	Melhorias em recursos hídricos	Espaço melhorado	Unidade	2	257.500,00	257.500,00	00'0	257.500,00
0012.06	1.025	Ampliação e/ou reforma de unidades básicas de saúde	Unidade ampliada e/ou reformada	Unidade	2	828.536,00	2.028.536,00	5.990,85	2.022.545,15
0012.07	1.026	Construção de unidades básicas de saúde	Unidade construída	Unidade	2	1.008.000,00	3.870.000,00	00'0	3.870.000,00
0012.13	1.027	Ampliação e/ou reforma de unidades de média e alta complexidade	Unidade ampliada e/ou reformada	Unidade	1	12.000,00	8.512.000,00	3.993,90	8.508.006,10
0012.16	1.036	Ampliação e/ou reforma no prédio do Hospital Municipal	Hospital ampliado e/ou reformado	Unidade	1	130.000,00	5.770.894,48	0,00	5.770.894,48
0012.22	1.110	Construção do Hospital da Criança	Hospital construído	Unidade	_	12.000,00	6.003.836,23	2.061.965,35	3.941.870,88
0013.07	1.016	Melhorias em espaços esportivos e de lazer	Espaço ampliado e/ou reformado	Unidade	5	20.842.768,00	47.355.312,18	9.787.115,97	37.568.196,21
0013.08	1.009	Implantação de novos espaços esportivos e de lazer	Espaço implantado	Unidade	2	1.843.081,00	3.645.545,44	00'0	3.645.545,44
0014.01	1.002	Pagamento de desapropriação de áreas	Desapropriação realizada	Unidade	3	1.288.190,00	1.562.455,90	678.035,48	884.420,42

cób.	cób.	DESCRIPTION OF LOAD IN LOAD ON THE LOAD ON	CHINCON	UNIDADE DE	META FÍSICA		VALOR EM R\$		SALDO A
CDO	LOA	DESCRIÇÃO DO TROSETO NA LOA KOLA		MEDIDA	PREVISTA	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	ЕМРЕИНАДО	VALOR R\$
0014.02	1.006	Infraestrutura para passeios públicos	Infraestrutura realizada	m ²	3.599	1.458.429,00	1.027.374,00	410.667,92	616.706,08
0014.03	1.014	Execução de pavimentação asfáltica	Pavimentação	m²	91.018	35.504.782,00	53.489.405,50	102.847,83	53.386.557,67
0014.04	1.015	Construção de obras de arte de engenharia	Obra de arte de engenharia construída	Unidade	2	4.059.873,00	4.677.471,78	618.264,42	4.059.207,36
0014.06	1.020	Implantação de ciclovias	Ciclovia implantada	Unidade	2	9.015.000,00	9.015.000,00	00'0	9.015.000,00
0014.07	1.040	Revitalização de ciclovias	Ciclovia revitalizada	Unidade	1	4.000,00	4.000,00	00'0	4.000,00
0014.08	1.053	Melhorias na rede de iluminação pública	Rede de iluminação pública melhorada	Unidade	٢	1.200.000,00	215.000,00	00,00	215.000,00
0014.09	1.112	Implantação do Eixo Monumental	Eixo implantado	Unidade	1	20.003.000,00	81.112.479,05	19.758.341,49	61.354.137,56
0014.10	1.013	Implantação de galerias de águas pluviais	Galerias	ш	13.755	253.875,00	703.875,00	3.476,12	700.398,88
0014.11	1.096	Infraestrutura para a rede de água e esgoto	Rede implantado	Ш	18	51.000,00	51.000,00	00'0	51.000,00
0014.12	1.127	Implantação da usina de energia fotovoltaica	Usina de energia fotovoltaica implantada	Unidade	2	50.004.000,00	50.004.000,00	00'0	50.004.000,00
0015.12	1.086	Programa Mobilidade Urbana - Implantação de terminais para transporte coletivo	Ter	Unidade	1	00'000'9	6.000,00	00'0	6.000,00
0015.15	1.042	Ampliação e/ou reforma do terminal rodoviário	Terminal ampliado e/ou reformado	Unidade	-	3.440.664,00	3.440.664,00	00'0	3.440.664,00
0016.03	5.031	Construção de Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs	Centro construído	Unidade	7	3.504.000,00	8.386.934,06	6.028.556,77	2.358.377,29
0016.04	5.032	Ampliação e/ou reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs	Centro ampliado e/ou reformado	Unidade	3	4.643.000,00	4.643.000,00	00'0	4.643.000,00
0016.05	5.038	Programa de Eficiência Energética - Centros Municipais de Educação Infantil	Centro municipal atendido	Unidade	10	427.000,00	427.000,00	00'0	427.000,00
0017.03	5.033	Construção de escolas do ensino fundamental	Escola construída	Unidade	3	3.004.000,00	3.004.000,00	266.081,77	2.737.918,23

CÓD.	cób.	DESCRIÇÃO DO BEO IETO NA 1 OA 2022	CHICOGO	UNIDADE DE	META FÍSICA		VALOR EM R\$		SALDO A
CDO	LOA			MEDIDA	PREVISTA	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	VALOR R\$
0017.04 5.034		Ampliação e/ou reforma de escolas do ensino fundamental	Escola ampliada e/ou reformada	Unidade	12	7.763.000,00	7.763.000,00	0,00	7.763.000,00
0017.08	5.037	Programa de Eficiência Energética - Escolas Municipais	Escola municipal atendida	Unidade	25	614.883,00	614.883,00	00'0	614.883,00
0019.08 1.075	1.075	Ampliação e/ou reforma para a rede de proteção Unidade ampliada social e especial à família e/ou reformada	Unidade ampliada e/ou reformada	Unidade	1	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
0021.06	1.001	0021.06 1.001 Ampliação e/ou reforma para o Corpo de Bombeiros de Maringá	Quartel/posto ampliado e/ou reformado	Unidade	3	74.802,00	1.374.802,00	00'0	1.374.802,00
0022.11	1.108	1.108 Implantação de restaurante popular	Restaurante implantado	Unidade	1	2.282.932,00	4.282.932,00	00'0	4.282.932,00
		TOTAL GERAL				257.628.728,00	462.185.075,48	44.728.336,10	417.456.739,38

FONTE: Diretoria de Orçamento

NOTA: Posição dos dados em 31/03/2024. A ação 0008.02 está com o valor atualizado e empenhado zero tendo em vista ser uma ação extraorçamentária

MUNICÍPIO DE MARINGÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO V EVOLUÇÃO DA RECEITA 2025

	2022 R\$	2023 R\$	%	2024 R\$	%	2025 R\$	%	2026 R\$	%	2027 R\$	%	METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA AS RECEITAS
ESPECIFICAÇÕES	RECEITA REALIZADA	RECEITA REALIZADA		RECEITA ORÇADA		RECEITA ORÇADA		RECEITA PROJETADA		RECEITA PROJETADA		ORÇADAS E PROJETADAS DE 2024 A 2027
RECEITAS CORRENTES	2.173.488.707,54	2.513.574.289,25	15,65	2.486.941.602,00	(1,06)	2.616.494.641,00	5,21	2.779.895.409,00	6,25	2.959.287.747,00	6,45	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	824.955.897,52	926.281.009,17	12,28	954.298.500,00	3,02	1.055.641.235,00	10,62	1.125.986.092,00	99'9	1.203.679.132,00	6,90	Evolução da série temporal.
CONTRIBUIÇÕES	116.768.684,66	122.949.461,53	5,29	133.589.000,00	8,65	140.099.334,00	4,87	148.785.493,00	6,20	154.051.691,00	3,54	Evolução da série temporal.
RECEITA PATRIMONIAL	95.305.725,07	187.595.474,12	96,84	193.698.183,00	3,25	141.178.978,00	(27,11)	146.215.074,00	3,57	152.459.597,00	4,27	Evolução da série temporal.
RECEITA DE SERVIÇOS	3.967.964,02	1.372.743,62	(65,40)	874.000,00	(36,33)	968.012,00	10,76	1.028.029,00	6,20	1.098.962,00	06'9	Evolução da série temporal.
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.126.462.490,34	1.227.663.635,84	8,98	1.204.421.419,00	(1,89)	1.277.735.680,00	60'9	1.356.955.293,00	6,20	1.447.009.082,00	6,64	Evolução da série temporal.
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.985.302,94	161.174.736,71	46,54	119.980.500,00	(25,56)	128.573.402,00	7,16	136.544.952,00	6,20	145.966.554,00	6,90	Evolução da série temporal.
DEDUÇÕES FUNDEB	(103.957.357,01)	(113.462.771,74)	9,14	(119.920.000,00)	5,69	(127.702.000,00)	6,49	(135.619.524,00)	6,20	(144.977.271,00)	6,90	Evolução da série temporal.
RECEITAS DE CAPITAL	87.078.971,60	133.813.645,47	53,67	203.516.398,00	52,09	229.180.000,00	12,61	209.046.160,00	(8,79)	206.570.345,00	(1,18)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	72.050.043,86	87.357.945,51	21,25	126.800.922,00	45,15	146.500.000,00	15,54	129.383.000,00	(11,68)	132.790.427,00	2,63	Análise do cronograma de desembolso para os contratos em andamento e novos contratos que poderão ser firmados.
ALIENAÇÃO DE BENS	5.294.261,86	11.667.329,49	120,38	5.965.000,00	(48,87)	10.680.000,00	79,04	11.342.160,00	6,20	12.124.769,00	06'9	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS												
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.734.665,88	34.788.370,47	257,37	70.750.476,00	103,37	72.000.000,00	1,77	68.321.000,00	(5,11)	61.655.149,00	(9,76)	Análise dos convênios em andamento e novos convênios o que poderão ser firmados, de acordo com histórico de projetos encaminhados.
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL												
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	78.947.000,71	86.136.652,24	9,11	84.888.000,00	(1,45)	94.023.600,00	10,76	98.735.800,00	5,01	100.666.000,00	1,95	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIA	78.919.400,71	86.122.969,47	9,13	77.193.000,00	(10,37)	94.000.000,00	21,77	98.700.000,00	2,00	100.622.000,00	1,95	Evolução da série temporal.
RECEITA PATRIMONIAL INTRAORÇAMENTÁRIA	14.400,00	5.400,00	(62,50)			10.000,00		14.700,00	47,00	20.000,00	36,05	Evolução da série temporal.
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIA				7.695.000,00								
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	13.200,00	8.282,77	(37,25)			13.600,00		21.100,00	55,15	24.000,00		Evolução da série temporal.
TOTAL	2.339.514.679,85	2.733.524.586,96	16,84	2.775.346.000,00	1,53	2.939.698.241,00	5,92	3.087.677.369,00	5,03	3.266.524.092,00	5,79	
FONTE: Diretoria de Orçamento/SEFAZ												
Nota: 1) A receita está demonstrada pelo valor líquido, não sendo consideradas as deduções da receita, com exceção das deduções do FUNDEB.	s da receita, com exceção	das deduções do FUNDEE	ند									
2) A receita está demonstrada com base no Plano de Contas da Receita do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,	de Contas do Estado do Pa	raná.										

SITUAÇÃO A / P	∢	∢	∢	4
EXEC.	96,37%	%80'86	%96'69	83,80%
VALOR ATUAL CONTRATO - R\$	20.970.231,25	626.268,89	4.617.520,06	1.495.540,10
N° CONTRATO	119/21	712/21	9128/23	894/23
PROCESSO	1404/20	602/21	01.20.00028004/ 2023.92	01.20.00023727/ 2023.44
EMPRESA	Contersolo Construtora de Obra Ltda	Construtora Regente Eireli - EPP	Engepon Construtora Ltda	Weiller Construção Civil 01.20.00023727/ Ltda. 2023.44
ENDEREÇO	Av. Mandacaru (LE) sobre o KM 4,969, Av. São Judas Tadeu (LE) sobre o KM 6,200, Av Kakogawa (LE) sobre o KM 6,809, Av. Américo Belay (Lado E e D) sobre o KM 08, Av. Tuiuti (LE) sobre o KM 12.891, Av. Guaiapó (LE) sobre o KM 13,957 e Av. Franklin Delano Roosevelt (LE) sobre o KM 14,000, Contorno Norte de Maringá/PR	Av. Mandacaru (LE) sobre o KM 4,969, Av. São Judas Tadeu (LE) sobre o KM 6,200, Av. Kakogawa (LE) sobre o KM 6,809, Av. Américo Belay (Lado E e D) sobre o KM 08, Av. Tuiuti (LE) sobre o KM 12.891, Av. Guaiapó (LE) sobre o KM 13.957 e Av. Franklin Delano Roosevelt (LE) sobre o KM 14,000. Contorno Norte de Maringá/PR	Av. Mario José de Faria Ferraz e Av. Nova São Paulo – Maringá-PR.	Parque Hortência I, Parque Avenida e Parque Residencial Cidade Nova, Maringá-PR.
LOCAL/PRÓPRIO PÚBLICO	Contorno Norte de Maringá	Contorno Norte de Maringá	Construção de Ponte Maringá-Sarandi - Av. Mario José de Faria Ferraz e Av. Nova São Paulo	Recapeamento Asfáltico de Ruas no Parque Hortência I, Parque Avenida e Parque Residencial Cidade Nova
OBRA	Execução de Viadutos	Supervisão de obras - Viadutos do Contorno Norte de Maringá	Construção de Ponte	Recapeamento Asfáltico
SECRETARIA	SEMOP	SEMOP	SEMOP	SEMOP
Š	-	2	ю	4

SITUAÇÃO A / P	4	۷	۷	∢
SIL				
EXEC.	14,55%	27,60%	37,93%	4,07%
VALOR ATUAL CONTRATO - R\$	4.746.140,60	4.939.416,53	4.684.463,55	48.347.149,70
N° CONTRATO	600/23	895/23	1234/23	1243/23
PROCESSO	01.20.00023727/ 2023.44	01.20.00023727/ 2023.44	01.20.00065873/ 2023.09	01.20.00085319/ 2023.28
EMPRESA	Weiller Construção Civil 01.20.00023727/ Ltda. 2023.44	Extracon Mineração e Obras Ltda.	Weiller Construção Civil 01.20.00065873/ 2023.09	Sial Construções Ltda.
ENDEREÇO	Pq. das Grevileas I, II, III, Jd. Kakogawa, Jd. Paraiso, Jd. Vitória, Pq. das Bandeiras e Pq. Residencial Quebec, Maringá-PR.	Res. Copacabana I, Res. Copacabana II e Cj. Res. Herman Moraes de Barros, Maringá-PR.	Av. Pion. João Pereira, Av. Dep. José Alves dos Santos, Av. Dr. Alexandre Rasgulaeff, Av. Pion. Antônio Franco de Morais, Praça Pion. Waldemar Pulzatto, Av. Pintassilgo, Av. Cidade de Leiria, Av. Carlos Borges, Av. Colombo, Av. Rebouças, Av. das Torres, Av. Governador Parigot de Souza, Rua Neo Alves Martins, Av. João Paulino Vieira Filho, Maringál/PR.	Trecho A - Praça da Catedral, Praça da Catedral (estacionamento e acesso estacionamento) e Av. Papa João XXIII; Trecho B - Praça Dom Pedro II, Praça Deputado Renato Celidônio, Av. Tiradentes, Rua Particular 01, Rua Particular 02, Rua Arthur Thomas, Av. XV de Novembro, Av. Herval e Av. Duque de Caxias; Trecho G - Av. Prudente de Moraes, Av. Duque de Caxias, Av. Colombo e Av. Herval, Maringá/PR.
LOCAL/PRÓPRIO PÚBLICO	Recapeamento Asfáltico de Ruas no Pq. das Grevileas I, II, III, Jd. Kakogawa, Jd. Paraiso, Jd. Vitória, Pq. das Bandeiras e Pq. Residencial Quebec	Recapeamento Asfáltico de Ruas no Res. Copacabana I, Res. Copacabana II e Cj. Res. Herman Moraes de Barros	Recapeamento Asfaitico, Calçadas e Sinalização Viária em Vias Urbanas	Requalificação dos Espaços Públicos do Eixo Monumental no Município de Maringá
OBRA	Recapeamento Asfáltico	Recapeamento Asfáltico	Recapeamento Asfáltico	Eixo Monumental
SECRETARIA	SEMOP	SEMOP	SEMOP	SEMOP
°	5	9	7	ω

Amexic VIProgrammants) Affection (policy) (a 30,000 (200 to 100 t

SITUAÇÃO A / P A / P A / P	
5	A
3,69% 3,69% 20,06% 73,06% 38,25%	82,46%
VALOR ATUAL CONTRATO - R\$ 2.119.984,17 11.190.600,09 11.352.219,97 12.352.219,97 12.537.152,34 42.287.183,26	19.934.197,39
CONTRATO 1233/23 1317/23 171/22 173/21 1354/21	1357/21
PROCESSO 01.20.00029399/ 2023.63 01.20.00059313/ 2023.07 2186/20 3232/20	4628/21
EMPRESA P.V. Carmona da Silva Engenharia Hiconci - Hidráulica e Construção Civil Engeart Construções EIRELI - ME Construtora Rosa dos Ventos Ltda Construtora Rosa dos Ventos Ltda Oros Engenharia Ltda	Engedelp Construções Civis e Incorporações Ltda
Estrada Rural, Paulo Sérgio Guerra Gonçalves - Maringá-PR. Av. Brasil, Rua Cambira, Rua Meroslau Sendeski, Rua Alcindo Keller, Rua Ponta Grossa, Centro Cívico, Maringá-PR Rua Assunção, 389, Lote 008, Quadra 077, Jardim Novo Horizonte, Zona 27, Maringá-PR. Avenida Tuiuti, nº 180, Avenida Centenário, nº 700, Lote 01/07 (Rem), Quadra A-5, Zona 08 - Maringá/PR Rua Candido, nº 69 (acesso principal), Rua Mitsuzuchi Tokuda, nº 388 (acesso de serviço), data 31, quadra 400, Zona 37, Maringá-PR Rua Izabel Fernandes Cano, nº 887, Lote 01, Quadra 128, Jardim Espanha, Zona 44, Marina-BR	Rua Ivan Pavlov, nº 172, Lote 18-A, Quadra 179, Jardim Alvorada II, Zona 24, Maringá-PR
Execução de pavimentação em pedras poliédricas na Estrada Rural Paulo Sérgio Guerra Gonçalves em Maringá-PR. Area externa do Hospital Infantil Centro de Ensino e Pesquisa de Doenças Raras da Criança Criança Policílinica Zona Sul Terminal Rodoviário de Maringá Escola Municipal Jardim Santa Alice Complexo Educacional Jardim Espanha - Escola	pal no
Execução de parimentação em pedras polidericas na Estrada Rural Paulo Sergio Guerra Gonçalves em Maringá-PR. Execução de área Hospital Infantil Centro externa do Hospital Infantil Gonçalves em Maringá-PR. Execução de área Hospital Infantil Centro externa do Hospital Infantil Centro de Estrada de Doenças Raras da Criança Recuperação Policilinica a de Doenças Raras da Area danificada da Policilinica Zona Sul Recuperação total da área danificada da Policilinica Zona Sul Centrinal Rodoviário de Maringá Construção de Complexo Educacional Jardim Espanha - Educacional Estacional Estacional Estacional	Demolição e Construção
SECRETARIA SEMOP SAÚDE SEMOB SEDUC	SEDUC
	15

LEGENDA: 1. Campo "SITUAÇÃO" - "A" = andamento; "P" = paralisada

Rua Pioneiro Pedro Pupulin, 411 x Rua a do de Pion. Carlos João Basso, 909, Lote 001, Cavis Ltda - ME Rua Pion. Manoel Frigo, 1672 x Rua Maringá-PR Rua Pion. Manoel Frigo, 1672 x Rua Maringá-PR Rua Pion. Manoel Frigo, 1672 x Rua Maringá-PR Rua Pion. Richard Derner, 2082, Lote 002, Quadra 281, Jardim Montev Rei, Zona 32, Maringá-PR Rua Rubens Orlandine, n° 274 x Rua Pedro Cano, n° 387 x acional Rua Rubens Orlandine, n° 274 x Rua Pedro Cano, n° 344, Lote 001, Quadra Cano, n° 344, Lote 001, Quadra Cano, n° 345, Lote 001, Quadra Cano, n° 345, Lote 001, Quadra Cano, n° 345 x Rua Pioneira Silva, 108 x Rua Pionesion Honorato Vechi, Maringá-PR. Rua Kiri, 643 x Rua Professora Letícia de Paula Molinari, 641, Lote 001, Quadra 30, Maringá-PR. Rua Kiri, 643 x Rua Professora Letícia de Paula Molinari, 641, Lote 001, Quadra 30, Maringá-PR. Avenida Guedner, n° 3476 x Rua Pioneira Gertrude Heck Fritzen, n° 6173, Residencial Quebec, Zona 30, Maringá-PR. Residencial Das Torres, 1250, Lote 0014 - Engeart Construções Barror Phais, Zona 19, Maringá-PR. Barro Plania, Cona 19, Maringá-PR. Engeart Construções	SECRETARIA		OBRA	LOCAL/PRÓPRIO PÚBLICO	ENDEREÇO	EMPRESA	PROCESSO	N° CONTRATO	VALOR ATUAL CONTRATO - R\$	EXEC.	SITUAÇÃO A / P
Rua Pion. Manoel Frigo, 1672 x Rua Mario Borri, 730 a Av. Vereador Antonio Bortolotto, Lote 117, Quadra 200, Gleba Patrimônio guatemi, Zona 33, Distrito de Gigitami, Maringá-PR Rua Pion. Richard Derner, 2082, Lote O02, Quadra 281, Jardim Montev Rei, Zona 32, Maringá-PR Rua Izabel Fernandes Cano. nº 887 x Complexo Educacional Jardim Espanha - PR Escola Municipal Professora Agmar dos Brotos Agmar Construções Brotos Agmar dos Brotos Agmar Construções Brotos Agmar Construções Brotos Agmar dos	SEDUC Construç	Construç	ião	CMEI Purificação de Jesus Valente	Rua Pioneiro Pedro Pupulin, 411 x Rua Pion. Carlos João Basso, 909, Lote 001, Quadra 257, Jardim Itália II, Zona 20, Maringá/PR	Tradição Construções Civis Ltda - ME	2046/22	1151/22	13.622.709,01	38,00%	∢
Complexo Educacional Perion. Richard Derner, 2082. Lote Rua Izabel Fernandes Cano, n° 887 x Complexo Educacional Perion Cano, n° 344, Lote 001, Quadra Fase 3 e 4 Escola Municipal Professor Midufo Vada Silva, 108 x Rua Professora Benedita Professora Benedita Residencial Ploneric Honorato Vadala Escola Municipal Professora Midufo Vada Avenida Das Torres, 1250, Lote 0014 Escola Municipal Residencial Ploneric Honorato Vechi, Residencial João Ou Avenida Das Torres, 1250, Lote 0014 Escola Municipal Residencial Ploneric Honorato Vechi, Barro Sentos Construtora Del Plata Caferino Mozato Avenida Das Torres, 1250, Lote 0014 Engeart Construções ERELI - ERELI - EPP COmstrutora Faiz - EIRELI - EPP Construtora Faiz - EIRELI - EPP Construtora Faiz - EIRELI - EPP Construtora Del Plata - Lida. Avenida Guedner, n° 3476 x Rua Pioneira - Construtora - Construções - Eferino Mozato - Maringá/PR. CMEI Desembargador - Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Engeart Construções - Eferino Mozato - Barro Thais, Zona 19, Maringá-PR.	SEDUC Constru	Constru	ção	CMEI Jardim Irajá	Rua Pion. Manoel Frigo, 1672 x Rua Mario Borri, 730 a Av. Vereador Antonio Bortolotto, Lote 117, Quadra 000, Gleba Patrimônio Iguatemi, Zona 33, Distrito de Igiatemi, Maringá-PR	Proec Engenharia Civil Ltda	1974/22	1047/22	15.114.921,05	51,47%	۲
Complexo Educacional Rua Rubens Orlandine, n° 274 x Rua Jardim Espanha - Fase 3 e 4 Escola Municipal Professora Agmar dos Barcos Midufo Vada Escola Municipal Professora Benedita Professora Benedita Natália CMEI Desembargador Rua Ruabens Orlandine, n° 274 x Rua Professora Agmar dos Barco Cano, n° 344, Lote 001, Quadra Professora Agmar dos Jardim Espanha, Zona 44, Maringá-PR. Barros Engenharia Barros Rua Professora Leticia de Paula Molinari, 641, Lote 001, Quadra 30, Maringá-PR. CMEI Desembargador Residencial Pioneiro Honorato Vechi, Maringá-PR. CMEI Desembargador Rua Rua Professora Leticia de Paula Molinari, 641, Lote 001, Quadra 30, Maringá-PR. CMEI Desembargador Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Engeart Construções EIRELI CABRIO Construções CABRIO Professora Leticia de Paula Molinari, 641, Lote 001, Quadra 30, Maringá-PR. CABLI Desembargador Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Engeart Construções EIRELI CABRIO Construções CABRIO Construções EIRELI CABRIO Construções CABRIO Construções EIRELI CABRIO Construções Barros Ragon Construções EIRELI CABRIO Construções CABRIO Construções EIRELI CABRIO Construções CABRIO Construções CABRIO CONSTRUÇÕES	SEDUC	Construc	ção	CMEI Jardim Monte Rei	Pion. Richard Derner, 2082, Lote Quadra 281, Jardim Montev Rei, Zona 32, Maringá-PR	Construtora Faiz - EIRELI - EPP	2038/22	1166/22	13.013.229,81	62,14%	∢
Escola Municipal Rua Pion. Carlos João Basso, 845, Santos Santos Rua Pion. Carlos João Basso, 845, Jardim Itália II, Maringá-PR. Escola Municipal Escola Municipal Robert Sacola Municipal Escola Municipal Robert Sacola Municipal Professora Benedita CMEI Desembargador CMEI Desembargador Rua Pion. Carlos João Basso, 845, Jardim Itália II, Maringá-PR. Escola Municipal Robert Sacola Mu	SEDUC Constru	Constru	ção	Complexo Educacional Jardim Espanha - Fase 3 e 4		CS Magon Construtora	1827/22	988/22	15.478.179,61	51,99%	۲
Escola Municipal Professora Midufo Vada Parque Residencial Quebec, Zona Municipal Professora Midufo Vada Parque Residencial Quebec, Zona Avenida Guedner, n° 3476 x Rua Pioneira Gertrude Heck Fritzen, n° 6173, Residencial Ploneiro Honorato Vechi, Maringá/PR. CMEI Desembargador Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Zeferino Mozato Guadra 05, Conjunto Residencial João de EIRELI - ME Barro Thais, Zona 19, Maringá-PR.	SEDUC Reforma e Ar	Reforma e Ar	npliação	Escola Municipal Professora Agmar dos Santos		Barros Engenharia EIRELI	01.20.00008460/ 2023.03	875/23	1.507.041,22	65,56%	Ą
Escola Municipal Professora Benedita Natália CMEI Desembargador Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Krukoski Avenida Guedner, n° 3476 x Rua Pioneira Gertrude Heck Fritzen, n° 6173, Residencial Pioneiro Honorato Vechi, Maringá/PR. CMEI Desembargador Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Caferino Mozato Barro Thais, Zona 19, Maringá-PR. Engeart Construções EIRELI - ME	SEDUC Reforma e A	Reforma e A	mpliação	Escola Municipal Professor Midufo Vada	Rua Silva Paul 094B,	Construtora Del Plata Ltda.	01.20.00039443/ 2023.87	952/23	1.554.113,23	29,78%	٧
CMEI Desembargador Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Zeferino Mozato Quadra 05, Conjunto Residencial João de FIRELI - ME Rutkoski Barro Thais, Zona 19, Maringá-PR.	SEDUC Reforma e A	Reforma e A	ımpliação	Escola Municipal Professora Benedita Natália	Avenida Guedner, n° 3476 x Rua Pioneira Gertrude Heck Fritzen, n° 6173, Residencial Pioneiro Honorato Vechi, Maringá/PR.	CS Magon Construtora Ltda.	01.20.00081710/ 2023.83	1226/23	5.985.850,81	4,35%	V
	SEDUC Reforma e.	Reforma e	Ampliação	CMEI Desembargador Zeferino Mozato Krukoski	Avenida Das Torres, 1250, Lote 001A - Quadra 05, Conjunto Residencial João de Barro Thais, Zona 19, Maringá-PR.	Engeart Construções EIRELI - ME	01.20.00094060/ 2023.22	1418/23	6.349.910,90	2,62%	4

LEGENDA: 1. Campo "SITUAÇÃO" - "A" = andamento; "P" = paralisada

SITUAÇÃO A / P	∢	٧	Ą	Ą	Ą	٧	∢	∢
EXEC.	2,45%	%00'0	%00'0	69,16%	72,06%	%90'99	11,00%	3,57%
VALOR ATUAL CONTRATO - R\$	12.822.688,12	9.223.947,94	10.492.211,89	6.447.968,24	5.888.156,40	1.227.659,89	2.358.654,92	9.774.004,46
N° CONTRATO	1397/23	007/24	075/24	1022/22	004/23	819/23	1176/23	001/24
PROCESSO	01.20.00101667/ 2023.79	01.20.00100754/ 2023.92	01.20.00106996/ 2023.47	1414/22	1412/22	01.20.00006551/ 2023.39	01.20.00088701/ 2022.91	01.20.00087078/ 2023.65
EMPRESA	Construtora Faiz Ltda.	Barros Engenharia EIRELI	Construtora Dotto Ltda	Tradição Construções Civis Ltda - ME	Construtora Planosul Ltda - ME	R. Martins Garcia Construção Civil Eireli	Engedelp Construções Civis e Incorporações Ltda.	Construtora Del Plata Ltda.
ENDEREÇO	Rua Henoch Vieira de Quental, n° 587, com a Rua Antônio Rigoldi, n° 94, com a Rua Pioneiro Geraldo Portela, n° 586 e com a Rua Pioneiro Alexandre Bulla, n° 95 – Lote n° 001, Quadra n° 507, Zona 36, Loteamento Bom Jardim, Maringá-PR.	Rua Manaus, nº 163, Lote nº 001, Quadra nº 016A, Zona 31, Parque das Grevileas II, Maringá-PR.	Rua Senador Alô Ticoulat Guimarães, nº 3071, Lote 001, Quadra 052, Zona 38, Parque Residencial Aeroporto I, Maringá-PR.	Av. das Torres, 2491 x Rua Jorge Benedito Seraval, 2870 x Av. Pintassilgo, 1991, Rua Henri Jena Viana Júnior, 193, Maringá-PR	Rua São João, nº 793, Lote 001, Quadra 017, Zona 34, Distrito de Floriano, Maringá-PR	Rua Bogotá, 755 x Rua Montevidéo, 804 x Rua Filipinas, 150 x Rua Buenos Aires, 668, Vila Morangueira, Maringá-PR.	Rua Affonso Hernandes Bittencourt, 1323 x Rua Pioneiro Domingos Salgueiro, 49 x Rua Pioneira Maria de Freitas Marangoni, 1716 x Rua Pioneiro Lazaro Claro da Silva, 227, Lote 245P, Quadra 000, Cidade Monções, Zona 17, Maringá-PR.	Rua Lázaro Benedito Carnielli, 236 x Rua Quebec, 99 x Rua Kingston, 233 - Lote 001, Quadra 012, Zona 14, Jardim Canadá.
LOCAL/PRÓPRIO PÚBLICO	Centro Municipal de Educação Infantil Bom Jardim	CMEI Ana Chiquetti Men	Centro Municipal de Educação Infantil Ângelo Viegas	Centro Esportivo Oswaldo Ferreira Lima (Três Lagoas)	Centro Esportivo Pion. Joaquim Pires de Oliveira (Floriano)	Infraestrutura urbana de lazer (Complexo Meu Campinho)	Centro de desenvolvimento em Vôlei de Praia	Centro Esportivo Dr. Altino Borba (C. E. Mandacaru)
OBRA	Construção	Construção	Construção	Reforma e Ampliação da Fase 1 do Centro Esportivo	Reforma e Ampliação do Centro Esportivo	Construção	Construção	Reforma e Ampliação
SECRETARIA	SEDUC	SEDNC	SEDUC	SESP	SESP	SESP	SESP	SESP
Š	24	25	26	27	28	29	30	31

LEGENDA: 1. Campo "SITUAÇÃO" - "A" = andamento; "P" = paralisada

ž	N° SECRETARIA	OBRA	LOCAL/PRÓPRIO PÚBLICO	ENDEREÇO	EMPRESA	PROCESSO	N° CONTRATO	N° VALOR ATUAL CONTRATO CONTRATO - R\$	EXEC.	SITUAÇÃO A / P
32	SAS	Construção	Cozinha Central Popular	Av. Cerro Azul, nº 3850, Lote 003, Quadra 127, Residencial Pion. Honorato Vechi, Zona 25, Maringá-PR. Ltda	Ambrozim & Cândido Construtora e Engenharia Ltda	1296/22	256/23	2.960.744,20	55,88%	٧
33	SAET	Construção	Centro de Eventos Oscar Niemeyer	Av. João Paulino Vieira Filho, 525 x Av. Herval, 867 x Av. Advogado Horácio Filho, 5840, Zona 01, Maringá-PR.	Tecon Tecnologia em 01.20.00092269/ Construções Ltda. 2023.73	01.20.00092269/ 2023.73	244/23	75.219.898,19	%85'0	٧
				TOTAI				ANN 220 966 10		

PONTE: Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEMOP NOTA: Posição dos dados em 15/03/2024

Amexic VIProgrammants) Addibition of Science 1995 CODA OF IZ CONSTRUCTOR OF IZ CONST